

Via Varejo S.A.

*Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2018 e Relatório dos
Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Via Varejo S.A., diretamente ou por meio de suas controladas (“Companhia” ou “Via Varejo”), atua no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia e móveis através das bandeiras “Casas Bahia” e “Ponto Frio”, além das plataformas de *e-commerce* “pontofrio.com”, “casasbahia.com”, “extra.com.br” e “barateiro.com”. Sua sede está localizada em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo - Brasil. A Companhia está listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), com o mais elevado padrão de governança corporativa, sob o código “VVAR3”. A Companhia é controlada pela Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”) que, por sua vez, tem o Casino Guichard Perrachon como controlador por meio de suas *holdings*.

As participações societárias da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 9(b).

a) Migração da Companhia para o segmento de listagem no Novo Mercado da B3

As Assembleias Gerais de Acionistas da Companhia realizadas em 03 de setembro de 2018 deliberaram e aprovaram: (i) a admissão da Companhia no segmento especial de listagem Novo Mercado da B3; (ii) a conversão das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária; e (iii) o encerramento do Programa de *units*, anteriormente negociado sob o código VVAR11.

Em 26 de novembro de 2018, a Companhia concluiu o processo de sua migração ao Novo Mercado da B3.

2. Práticas contábeis significativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”) e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotam o Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$, e foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2019.

a) Revisões e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor em 1º de janeiro de 2018.

(i) CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros

O pronunciamento contábil CPC 48 (IFRS 9) substituiu o CPC 38 (IAS 39) a partir de 1º de janeiro de 2018. Conforme indicado pelo novo pronunciamento, a Companhia reapresentou os saldos dos exercícios anteriores apresentados nesta demonstração financeira, e registrou os efeitos iniciais da adoção do pronunciamento no Patrimônio Líquido de 1º de janeiro de 2017, reconhecendo esta data como saldo de abertura.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir demonstra os efeitos da norma nos períodos anteriores sobre as demonstrações financeiras consolidadas, e a seguir as explicações para as variações:

Balço patrimonial – débito (crédito)	Consolidado	
	31.12.2017	01.01.2017
Ativo circulante		
Contas a receber		
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (a.i)	(175)	(157)
Administradoras de cartões de crédito (a.ii)	(64)	(54)
Tributos diferidos (a.iii)	61	62
Investimentos (a.iv)	(8)	(2)
Patrimônio líquido		
Prejuízos acumulados	112	112
Resultado do exercício	27	-
Outros resultados abrangentes	47	39

Demonstração do resultado – Receita / (despesa)	Consolidado
	31.12.2017
Despesas com vendas	(18)
Equivalência patrimonial	(6)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3)
	(27)

Demonstração do resultado abrangente – Receita / (despesa)	Consolidado
	31.12.2017
Outros resultados abrangentes	
Valor justo de instrumentos financeiros	(10)
Tributos sobre valor justo de instrumentos financeiros	2
	(8)

(a.i) Reconhecimento de perdas de crédito esperadas

A Companhia adotou abordagens distintas para cada uma de suas carteiras, conforme descrito abaixo:

Abordagem completa

A abordagem completa para os recebíveis está relacionada com contratos envolvendo Crédito Direto ao Consumidor com Intervenção (“CDCI”). A Companhia adotou a política completa por representar de forma fidedigna as operações de crédito da Companhia.

Essa abordagem considera a mensuração ponderada dos riscos de crédito em cada data base das demonstrações financeiras, com a probabilidade de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base do balanço, e subsequente, caso haja uma deterioração do risco de crédito para a vida inteira do instrumento.

A Companhia considera algumas premissas para avaliação do risco de crédito como: (i) a taxa de desemprego extraída do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – IBGE); e (ii) fatores como histórico de perdas da carteira de crédito da Companhia.

A Companhia considera a probabilidade de perda baseada nas perdas históricas e projetadas mensuradas ao valor presente com base na diferença entre fluxos de caixa devidos de acordo com os contratos e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

Abordagem completa com expediente prático de instrumento financeiro com baixo risco de crédito

Metodologia adotada nas operações envolvendo as administradoras de cartão de crédito, Business to Business (“B2B”) e demais carteiras de crédito.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia adota esse método de avaliação de perdas esperadas e seus respectivos expedientes práticos por julgar que os referidos contratos não apresentam componente financeiro significativo. Dessa forma, a provisão para perda é mensurada na data da transação considerando a vida toda desse instrumento. Portanto, a Companhia adota matriz de risco de crédito com base na experiência histórica de perdas baseadas na idade média de vencimento por faixa de títulos.

O critério de perdas estimadas em cartão de crédito apresenta grau de assertividade, atendendo os conceitos das normas internacionais de contabilidade CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros.

Os impactos decorrentes da aplicação deste item da norma estão refletidos nas notas explicativas nºs 3, 5 e 20.

(a.ii) Classificação de ativos e passivos financeiros

A norma determinou uma nova classificação de ativos e passivos financeiros, baseada no modelo de negócios no qual o instrumento financeiro é gerenciado em suas características de fluxos de caixa contratuais, sendo mensurado conforme a sua classificação: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Ativos financeiros que apresentam como modelo de negócio mantê-los até o vencimento ou negociá-los devem ser registrados pelo valor justo e classificados como “valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, sendo reconhecidos no resultado conforme a realização destes ativos. A Companhia entendeu que o contas a receber de “Administradoras de cartão de crédito” segue este modelo, e os efeitos da adoção inicial estão apresentados nestas demonstrações financeiras, sendo subsequentemente reconhecidos ao resultado quando de sua realização.

Adicionalmente, a classificação indicada para os demais instrumentos financeiros não gerou alterações relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto a carteira de “Administradoras de cartão de crédito”.

Os impactos decorrentes da aplicação deste item da norma estão refletidos nas notas explicativas nºs 3 e 5(b).

(a.iii) Tributos diferidos

Impostos de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes anteriormente apresentados. Os efeitos indicados no item (a.ii) também têm os tributos diferidos reconhecidos em “Outros resultados abrangentes”. Na data da aplicação inicial do CPC 48 (IFRS 9), a controlada Cnova Brasil não reconheceu tributos diferidos, pois não apresentava expectativa de realização em função dos prejuízos apurados nos exercícios anteriores.

Os impactos decorrentes dos ajustes nos itens anteriores estão refletidos na nota explicativa nº 14.

(a.iv) Efeitos sobre as investidas

Efeitos de adoção de CPC 48 na investida Financeira Itaú CBD S.A. (“FIC”). Refere-se à alteração no reconhecimento da perda estimada da carteira de recebíveis para o método de perda esperada.

Os impactos decorrentes da aplicação da norma na investida estão refletidos na nota explicativa nº 9(c).

Devido às alterações relacionadas ao cálculo da perda estimada do contas a receber e a classificação de ativos financeiros, a Companhia alterou a política contábil do contas a receber, conforme apresentado na nota explicativa nº 5(a).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente

Implementa um modelo com base em princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação; um guia definido é dado em relação a quando a receita deve ser reconhecida e introduz novas divulgações.

A Via Varejo, como uma Companhia varejista que atua em vendas em lojas físicas e no comércio eletrônico, identificou que os critérios de reconhecimento e mensuração não sofreram alterações.

Com base nas avaliações realizadas, a Companhia realizou uma adequação na apresentação da nota explicativa nº 19, enquanto que os resultados da Companhia não apresentaram impactos relevantes na adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2018.

(iii) CPC 10 (IFRS 2) - Pagamento baseado em ações

O IASB emitiu um *amendment* ao IFRS 2 – *Share-based Payment*, com o principal objetivo de alterar a classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações. Em outubro de 2017 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis considerou os impactos desse *amendment* em sua Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 12 emitido em 21 de dezembro de 2017. A revisão desse pronunciamento contábil tem vigência para exercícios sociais que se iniciaram a partir de 1º de janeiro de 2018.

O pronunciamento determina, entre outros, que as operações de pagamento baseado em ações liquidáveis em instrumentos patrimoniais, com características de liquidação pelo líquido com retenção de tributos na fonte, devem ser classificadas em sua totalidade como transação de pagamento baseado em ações liquidada por instrumentos patrimoniais, o que já está considerado nessas demonstrações financeiras, sem impactos significativos.

b) Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

(i) CPC 06(R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06(R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil, que substitui o CPC 06(R1) (IAS 17) - Operações de arrendamento mercantil, elimina a distinção entre arrendamentos operacionais e arrendamentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019. Além disso a norma exige o reconhecimento de um ativo (o direito de usar o item arrendado) e um passivo financeiro relativo aos de aluguéis futuros descontados a valor presente para praticamente todos os contratos de arrendamento.

Despesas com arrendamento operacional são substituídas por despesas de depreciação relacionadas ao direito de uso e despesas de juros relacionadas ao passivo de arrendamento. Anteriormente, a Companhia reconhecia principalmente despesas de arrendamento operacional pelo método linear pelo prazo do arrendamento e reconhecia os ativos e os passivos somente na medida em que houvesse uma diferença de tempo entre os pagamentos reais do arrendamento e o período de competência da despesa de aluguel. Assim, indicadores de desempenho como o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) e, em menor medida, o resultado operacional serão positivamente impactados; inversamente, o resultado financeiro será afetado negativamente.

Por fim, o lucro líquido também será afetado, pois a despesa total de arrendamento (despesa de depreciação somada despesa financeira) é geralmente maior no início do contrato e diminui ao longo do tempo, ao contrário de um encargo linear sob o padrão atual. Adicionalmente, o caixa líquido das atividades operacionais será maior, uma vez que os pagamentos em dinheiro pela parte principal do passivo de arrendamento e os juros relacionados serão classificados como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

A adoção da norma CPC 06(R2) (IFRS 16) afetará principalmente o reconhecimento de arrendamentos operacionais para as lojas e Centros de Distribuição da Companhia.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia decidiu adotar a abordagem retrospectiva completa como método de transição em 1º de janeiro de 2019, e prospectivamente desde o início do primeiro período praticável. Como resultado, os períodos comparativos serão reapresentados.

A Companhia optou em aplicar as duas isenções de reconhecimento propostas pela norma nos seguintes contratos: (i) locações de bens de curto prazo; e (ii) arrendamentos de propriedade relacionados a ativos de baixo valor.

Aluguéis não incluídos na avaliação inicial do passivo (por exemplo, alugueis variáveis) são classificados como despesas operacionais, assim como os encargos relacionados a arrendamentos de curto prazo e de baixo valor.

O prazo do arrendamento será o período legalmente aplicável do contrato e levará em conta as opções de rescisão e renovação por vias judiciais, cujo uso pela Companhia é razoavelmente certo.

Os fluxos de pagamentos de aluguéis são ajustados a valor presente, considerando o prazo remanescente de cada contrato, e aplicando taxa de desconto que corresponde às cotações de mercado (referência em % Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") acumulado, líquido de garantias) nas datas iniciais de cada um dos contratos de arrendamento e equivalente às captações com montantes que representam o total de investimentos para abertura de novas lojas.

A Companhia detém 1.325 contratos de compromissos de arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2018 e estima que a maior parte destes compromissos se referem a pagamentos de arrendamentos de longo prazo.

Os contatos de arrendamentos e seus respectivos fluxos de pagamentos, taxas incrementais e referidos aditivos encontram-se cadastrados em sistema de controles internos da Companhia e estão em fase de testes.

Os impactos estimados no balanço patrimonial de abertura a partir de 1º de janeiro de 2019 levariam a:

- Registro de ativos (principalmente através do reconhecimento de um direito de uso) entre R\$3.510 e R\$3.900;
- O reconhecimento de um passivo financeiro de arrendamento entre R\$3.960 e R\$4.400;
- Um aumento nos impostos diferidos ativos entre R\$153 e R\$170; e
- Uma diminuição no patrimônio líquido (líquido de impostos) entre R\$297 e R\$330.

O impacto estimado na reapresentação do resultado de 2018 levaria a uma reversão de despesa anual de arrendamento em torno de R\$ 790. Adicionalmente a Companhia estima os seguintes efeitos no resultado do exercício decorrente da adoção da norma:

- Reconhecer a despesa de depreciação do direito de uso entre R\$500 e R\$560;
- Reconhecer a despesa de juros entre R\$280 e R\$320 e
- Reconhecer a receita de imposto de renda e contribuição social diferidos entre R\$27 e R\$30.

Não houve perda por valor recuperável dos ativos como resultado da aplicação do CPC 06 (R2). A contabilidade da arrendadora permanece semelhante à norma atual, ou seja, os arrendadores continuam classificando os arrendamentos como financeiros ou operacionais.

(ii) CPC 32 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

Em junho de 2017, o IASB emitiu a IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - *Income Taxes*, sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia não identificou impactos relevantes na adoção desse pronunciamento contábil.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Políticas contábeis gerais

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos no qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro".

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia mantinha os seguintes itens nas classificações de instrumentos financeiros:

- Custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber (exceto Administradoras de cartões de crédito), Partes relacionadas, Fornecedores, Fornecedores convênio, Empréstimos e financiamentos (exceto moeda nacional e estrangeira) e Repasse a terceiros;
- Valor justo por meio do resultado: Empréstimos e financiamentos em moeda nacional e estrangeira e Instrumentos financeiros – *hedge* de valor justo;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Administradoras de cartões de crédito.

A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos.

Quando o recebimento de um ativo financeiro é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício. Recuperações subsequentes são reconhecidas, quando incorridas, na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração de resultado.

A Companhia possui um convênio com instituições financeiras com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito da Companhia para antecipação de recebíveis decorrentes da venda de mercadorias e serviços, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas. Estas transações foram avaliadas pela Administração e concluiu-se que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente na discricão do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

Os acordos com fornecedores, que incluem aumento do prazo em relação à transação original e para os quais há custos financeiros relativos a este aumento de prazo, foram registrados na rubrica "Fornecedores convênio" e estão descritas na nota explicativa nº 3 (f)(i).

Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento, na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contabilização de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos classificados como *swaps* para proteção de contratos em moeda estrangeira e quando houver contratos com taxas pré-fixadas. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com o mesmo conglomerado financeiro do objeto de *hedge*.

Estes instrumentos são classificados como *hedges* de valor justo, e registrados como *hedge accounting*, quando protegem de forma eficaz as variações do ativo ou passivo objeto de *hedge*.

O objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo são registrados adotando os seguintes procedimentos:

- O item designado como objeto de *hedge* é classificado como “mensurado ao valor justo”, e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro;
- As alterações do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo são reconhecidas como resultado financeiro a cada data de balanço.

Valor justo de empréstimos e instrumento financeiro derivativo

O valor justo dos empréstimos com objeto de *hedge* e do *swap* é mensurado através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento, sendo a taxa de desconto utilizada para o cálculo desenvolvida através das curvas DI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela B3. Para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela B3 e calculado pelo método da interpolação exponencial.

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é considerado praticamente certo.

Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

As demais políticas contábeis significativas estão divulgadas nas respectivas notas explicativas.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Reclassificação na demonstração do resultado

Despesas com indenizações trabalhistas

Em 2017, a Companhia reconheceu as despesas com indenizações trabalhistas, honorários advocatícios e custas processuais, relacionados com processos de reestruturação operacionais e administrativos, nas despesas com vendas, gerais e administrativas. Não havia, neste contexto, na Demonstração do resultado, nenhuma diferenciação com as despesas correntes da Companhia.

Em 2018, a Companhia passou a reconhecer as despesas dessa natureza na rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, tendo em vista que essas despesas possuem a mesma natureza dos gastos com rescisões trabalhistas já classificados nessa rubrica.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, essas despesas estavam classificadas na Demonstração do resultado nas rubricas de “Despesas gerais e administrativas” e “Despesas de vendas” cujo montante totaliza R\$122. Em 2018, o montante das despesas dessa natureza totalizam R\$228.

A Companhia entende essa prática contábil demonstra a totalidade das despesas decorrente do processo de reestruturação da Companhia.

Despesas com reenvio de mercadorias

A controlada Cnova, objetivando manter os níveis de serviços aos seus clientes, tem por prática de vendas, para os casos onde o cliente do *e-commerce* não acusou o recebimento da mercadoria, efetuar um segundo envio (“processo de reenvio”).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, as receitas e despesas dessa natureza estavam classificadas na Demonstração do resultado nas rubricas de “Receita de venda de mercadorias e serviços” no montante de R\$49 a maior, “Custo das mercadorias e serviços vendidos” no montante de R\$5 a menor e “Despesas com vendas” no montante de R\$54 a maior.

Em 2018, a controlada Cnova passou a classificar as receitas e despesas relacionadas ao processo de reenvio, considerando o resultado líquido dessa operação (Receita líquida de vendas reduzido dos respectivos custos e despesas) na rubrica “Custo das mercadorias e serviços vendidos” na Demonstração do resultado do exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o resultado líquido dessa operação totaliza uma receita de R\$52.

A Companhia entende que a aplicação dessa prática contábil reflete a obrigação de desempenho quando do processo de reenvio e entrega da mercadoria aos seus clientes.

Para fins de comparabilidade dos saldos, a Companhia efetuou as reclassificações acima descritas na Demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, em conformidade com o CPC 23 (IAS 8) – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. A seguir são apresentados os efeitos das reclassificações:

Demonstração do resultado receita (despesa)	Controladora			
	31.12.2017 originalmente apresentado	Ajuste de Instrumentos financeiros (*)	Reclassificação	31.12.2017 reclassificado
Despesas com vendas	(4.907)	8	113	(4.786)
Despesas gerais e administrativas	(707)	-	9	(698)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(194)	-	(122)	(316)

Demonstração do resultado receita (despesa)	Consolidado			
	31.12.2017 originalmente apresentado	Ajuste de Instrumentos financeiros (*)	Reclassificação	31.12.2017 reclassificado
Receita de venda de mercadorias e serviços	25.690	-	(49)	25.641
Custo de mercadorias e serviços vendidos	(17.510)	-	(5)	(17.515)
Despesas com vendas	(5.848)	(18)	167	(5.699)
Despesas gerais e administrativas	(855)	-	9	(846)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(218)	-	(122)	(340)

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 2(a)(i).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Gerenciamento de riscos financeiros

a) Estimativas e premissas contábeis críticas

Quando não é possível obter o valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros em mercados ativos, o valor justo registrado nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13) – Mensuração do valor justo, que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e nas datas dos balanços. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

b) Composição dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017 (*) reapresentado	31.12.2018	31.12.2017 (*) reapresentado
Ativos financeiros				
<u>Custo amortizado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	2.989	2.802	3.711	3.559
Contas a receber (exceto Administradoras de cartões de crédito)	2.115	2.187	2.329	2.413
Partes relacionadas	1.489	1.069	322	539
<u>Valor justo por meio de outros resultados abrangentes</u>				
Administradoras de cartões de crédito	1.114	1.112	1.656	1.576
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Instrumentos financeiros - <i>hedge</i> de valor justo	-	-	-	17
Passivos financeiros				
<u>Custo amortizado</u>				
Fornecedores	(6.956)	(5.590)	(8.652)	(7.726)
Fornecedores convênio	(291)	(437)	(421)	(437)
Empréstimos e financiamentos (exceto moeda nacional, estrangeira e <i>hedge</i> de valor justo)	(3.994)	(3.607)	(3.998)	(3.616)
Partes relacionadas	(348)	(258)	(187)	(139)
Repasse a terceiros	(535)	(398)	(540)	(446)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos em moeda nacional e estrangeira	(395)	-	(395)	(583)
Instrumentos financeiros - <i>hedge</i> de valor justo	(6)	-	(6)	-

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Vide mais detalhes na nota explicativa nº2(a)(i).

As operações de tesouraria da Companhia são regularmente reportadas para o Comitê Financeiro, órgão de assessoramento do Conselho de Administração e, se necessário, diretamente para o Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pela tesouraria da Companhia. O risco mais significativo a que a Companhia está exposta está relacionado aos riscos de mercado, decorrentes dos movimentos de taxas básicas de juros, variação cambial, riscos de liquidez e de crédito. A Companhia monitora tais riscos e os respectivos impactos nas projeções financeiras.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Risco de mercado

Para o cálculo da análise de sensibilidade, o risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 é a redução do percentual do CDI, uma vez que o saldo total das Aplicações financeiras excedeu o saldo dos Empréstimos e financiamentos, referenciadas ao CDI, indexados a mesma modalidade de taxa de juros.

(i) Taxa básica de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas, dentre as quais o CDI, para fazer frente à necessidade de caixa para investimento e financiamento de clientes. Concomitantemente, a Companhia realiza aplicações financeiras referenciadas ao CDI como parte da estratégia de gerenciamento de caixa.

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses foi elaborada uma análise de sensibilidade em três cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na B3 para as datas de vencimento das operações, limitado a 12 meses, cuja taxa foi 6,46% a.a. Nos cenários II e III, foram considerados redução na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente.

Segue quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada cenário:

Operações	Risco	Consolidado	Análise de sensibilidade		
		Saldo em 31.12.2018	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	Redução do CDI	3.591	199	149	100
Empréstimos bancários (*)	Redução do CDI	(520)	(52)	(38)	(25)
Impacto no resultado - receita			147	111	75

(*) Não inclui os contratos de empréstimos CDCI e determinados contratos de arrendamento mercantil financeiro por possuírem taxas de juros pré-fixadas. A análise de sensibilidade do instrumento financeiro derivativo está apresentada no item a seguir.

(ii) Instrumento financeiro derivativo

As políticas de tesouraria da Companhia não permitem contratações de instrumentos derivativos para quaisquer fins de: *swaps* com limitadores ("*caps*"), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas.

A Companhia, através de sua controlada Cnova Brasil, obteve junto ao banco HSBC France, um empréstimo em moeda nacional com taxas pré-fixadas mediante a realização de um contrato de *swap* com taxas de juros referenciadas ao CDI que foi liquidado integralmente na data de vencimento, conforme quadro a seguir:

	Contraparte	Na data da contratação	Data de contratação	Data de vencimento	Consolidado	
		Valor referência			Valor justo 31.12.2018	Valor justo 31.12.2017
Empréstimo em moeda nacional (objeto de <i>hedge</i>)	HSBC	(310)	15/05/2017	18/05/2018	-	(317)
		(310)			-	(317)
Instrumento financeiro – <i>hedge</i> de valor justo						
Posição ativa <i>swap</i>		310			-	317
Posição passiva <i>swap</i>		(310)			-	(313)
Posição líquida		-			-	4

Os instrumentos financeiros derivativos e os instrumentos financeiros designados como objeto de *hedge* foram contabilizados a valor justo. A Companhia calcula a efetividade das operações de *hedge* quando da sua contratação em bases contínuas.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre contratos de *swap* são registrados no “Resultado financeiro líquido” e o saldo a receber ou a pagar pelo valor justo é registrado na rubrica de “Instrumentos financeiros - *hedge* de valor justo”, conforme o valor líquido apurado do respectivo instrumento. Em 31 de dezembro de 2018, a perda reconhecida no contrato de *swap* de taxa de juros foi de R\$1 (ganho de R\$4 em 31 de dezembro de 2017).

(iii) Taxa de câmbio e juros dos empréstimos em moeda estrangeira

Em 2018, a Companhia quitou empréstimos em moeda estrangeira (dólares norte-americanos), e em agosto de 2018 captou um novo contrato de empréstimo em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) com taxas de juros pré-fixadas. Desta forma, a Companhia está exposta somente ao risco de variação cambial pela dívida contraída. A Companhia faz uso de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros pré-fixadas acrescidas de variação do CDI.

A Companhia mantém um empréstimo em moeda estrangeira ativo totalmente protegido por contratos de *swap*, conforme descrição abaixo:

	Contraparte	Na data da contratação		Data de contratação	Data de vencimento	Consolidado	
		Valor referência USD milhões	Valor referência R\$			Valor justo 31.12.2018	Valor justo 31.12.2017
Empréstimo em moeda estrangeira (objeto de <i>hedge</i>)	Santander	(72)	(281)	06/07/2018	05/07/2019	(279)	-
	Itaú	(30)	(117)	06/07/2018	15/01/2020	(116)	-
	Santander	(80)	(250)	07/08/2017	06/08/2018	-	(266)
		<u>(182)</u>	<u>(648)</u>			<u>(395)</u>	<u>(266)</u>
<u>Instrumento financeiro – <i>hedge</i> de valor justo</u>							
Posição ativa <i>swap</i>		182	648			395	266
Posição passiva <i>swap</i>		<u>(182)</u>	<u>(648)</u>			<u>(401)</u>	<u>(253)</u>
Posição líquida		<u>-</u>	<u>-</u>			<u>(6)</u>	<u>13</u>

Os instrumentos financeiros derivativos e os instrumentos financeiros designados como objeto de *hedge* foram contabilizados a valor justo.

A Companhia calcula a efetividade das operações de *hedge* quando da sua contratação em bases contínuas. As operações de *hedge* contratadas apresentam efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura em 31 de dezembro de 2018.

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre contratos de *swap* são registrados no “Resultado financeiro líquido” e o saldo a receber ou a pagar pelo valor justo é registrado na rubrica de “Instrumentos financeiros - *hedge* de valor justo”, conforme o valor líquido apurado do respectivo instrumento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a perda reconhecida nos contratos de *swap* de moeda estrangeira foi de R\$9 (perda de R\$35 em 31 de dezembro de 2017).

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses decorrente dos riscos de flutuação de moeda, foi elaborada uma análise de sensibilidade de exposição da Companhia ao risco da taxa de câmbio do empréstimo em moeda estrangeira e do CDI do contrato de *swap* considerando três cenários.

No cenário I as seguintes premissas foram adotadas: (i) a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na B3 para as datas de vencimento do empréstimo, limitado a 12 meses, cuja taxa foi 6,46% a.a. e (ii) a taxa de câmbio foi definida em R\$3,98 com base na cotação do dólar futuro negociado na B3 para a data de vencimento do contrato, limitado a 12 meses. Nos cenários II e III, foram projetados a 25% e 50% respectivamente, redução do CDI e valorização do dólar.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue quadro de análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada cenário:

Operação	Risco	Consolidado	Análise de sensibilidade		
		Saldo em 31.12.2018	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em USD	Valorização do dólar (USD)	(395)	(17)	(121)	(225)
Swap (ponta ativa em USD)	Valorização do dólar (USD)	395	19	124	228
Swap (ponta passiva em USD)	Redução do CDI	(401)	(18)	(13)	(9)
Impacto no resultado - despesa			(16)	(10)	(6)

d) Risco de liquidez

É política da Companhia manter aplicações financeiras, empréstimos e linhas de crédito suficientes para atender às necessidades de caixa no curto e longo prazos. A Companhia regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. É prática do departamento de tesouraria da Companhia manter níveis de linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro. Regularmente são realizadas análises de sensibilidade para avaliar o impacto na posição de liquidez da Companhia, caso as linhas de crédito atualmente existentes não sejam renovadas.

A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros mantidos pela Companhia. A tabela inclui principal e juros calculados até o vencimento dos passivos financeiros. Dessa forma, os saldos nela apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

	31.12.2018					
	Controladora			Consolidado		
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Total
Fornecedores	6.956	-	6.956	8.652	-	8.652
Fornecedores convênio	291	-	291	421	-	421
Empréstimos e financiamentos	3.467	1.019	4.486	3.468	1.021	4.489
Instrumentos financeiros derivativos <i>hedge</i> de valor justo	7	4	11	7	4	11
Repasse a terceiros	535	-	535	540	-	540
Arrendamento mercantil financeiro	27	62	89	27	62	89
	<u>11.283</u>	<u>1.085</u>	<u>12.368</u>	<u>13.115</u>	<u>1.087</u>	<u>14.202</u>

e) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixa e equivalentes de caixa mantidos com instituições financeiras e na posição das contas a receber geradas nas transações comerciais, bem como em transações não recorrentes, tais como venda de ativo não financeiro.

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, a fim de minimizar o risco de crédito, a Companhia adota políticas que restringem o relacionamento bancário em instituições financeiras validadas pelo Comitê Financeiro e aprovadas pelo Conselho de Administração. Os bancos autorizados são os classificados como de primeira linha em moeda local. Essa política também estabelece limites monetários e concentração de riscos, que são regularmente atualizados.

Para os saldos do Contas a receber, o risco de crédito é mitigado pelo fato de que grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como meio de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. As vendas financiadas pelo Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência ("CDCI") são vendas realizadas através de acordos operacionais com os bancos Bradesco, Safra e Banco do Brasil para a concessão de financiamentos CDCI aos nossos clientes; por meio de interveniência com as respectivas instituições financeiras. Para essa operação, a Companhia detém o risco de crédito e adota procedimentos criteriosos na concessão de crédito. O saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

As estimativas de perda por não recuperação de ativos financeiros são avaliadas conforme a política contábil da Companhia descrita na nota explicativa nº 5(a) e os saldos dessas estimativas apresentados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são considerados pela Administração suficientes para cobrir as perdas estimadas da carteira de valores a receber.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

f) Gerenciamento de capital

O objetivo da Administração da Companhia é assegurar manutenção adequada de classificação de crédito elevada e uma proporção de capital de terceiros bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor detido pelo acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira, considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Ativo (passivo)	Consolidado			
	31.12.2018		31.12.2017	
	Com CDCI	Sem CDCI	Com CDCI	Sem CDCI
Caixa e equivalentes de caixa	3.711	3.711	3.559	3.559
Empréstimos e financiamentos	(4.399)	(999)	(4.199)	(733)
Instrumentos financeiros – <i>hedge</i> de valor justo ativo	-	-	17	17
Fornecedores convênio (i)	(421)	(421)	(437)	(437)

- (i) Fornecedores convênio: tratam-se de passivos financeiros junto a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras, cujos vencimentos foram postergados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da Companhia com as instituições financeiras com o custo financeiro implícito de 7,37% a.a. em 31 de dezembro de 2018 (7,43% a.a. em 31 de dezembro de 2017). A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e classifica separadamente da rubrica "Fornecedores".

g) Mensurações do valor justo

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia mantinha certos ativos e passivos financeiros, cuja divulgação da mensuração a valor justo é requerida conforme o CPC 40 (IFRS 7), apresentados no quadro a seguir:

	31.12.2018			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Custo amortizado				
Contas a receber - CDCI (i)	2.297	2.418	2.297	2.418
Empréstimos e financiamentos - CDCI (ii)	(3.400)	(3.411)	(3.400)	(3.411)
Valor justo por meio do resultado				
Empréstimos em moeda estrangeira (ii)	(395)	(395)	(395)	(395)
Instrumentos financeiros – <i>hedge</i> de valor justo (ii)	(6)	(6)	(6)	(6)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Administradoras de cartões de crédito (ii)	1.114	1.114	1.656	1.656

- (i) Os contratos de financiamento ao consumidor - CDCI são classificados no nível 3 por considerar dados não observáveis utilizados para mensurar o valor justo. Para este cálculo a Companhia utilizou como premissa a carteira de recebíveis do CDCI e a expectativa de perda desses títulos, bem como a taxa média de desconto de duplicatas.
- (ii) Os Empréstimos e financiamentos – CDCI, Empréstimos em moeda estrangeira, Instrumentos financeiros – *hedge* de valor justo e Administradoras de cartões de crédito são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura e negociações com partes independentes.

A Companhia avaliou e concluiu que, exceto os indicados no quadro anterior, a maioria de seus ativos e passivos financeiros são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

Os instrumentos financeiros da Companhia não são negociados em mercados organizados e serão mantidos até o seu vencimento, exceto os ativos financeiros de administradoras de cartões de crédito.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Caixa e equivalentes de caixa

a) Política contábil

Compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo com o próprio emissor.

b) Composição dos saldos

	Taxa média ponderada	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e contas bancárias		112	239	120	255
Aplicações financeiras compromissadas	86,54% do CDI a.a.	2.854	2.557	3.562	3.295
Aplicações financeiras automáticas	7,41% do CDI a.a. (i)	23	6	29	9
		<u>2.989</u>	<u>2.802</u>	<u>3.711</u>	<u>3.559</u>

- (i) Referem-se a recursos disponíveis em conta corrente, nos quais há uma rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, sendo seu resgate no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

5. Contas a receber

a) Política contábil

Os saldos registrados no Contas a receber referem-se às atividades operacionais da empresa decorrentes da venda de bens de consumo e serviços correlatos. Os demais contas a receber não relacionados às atividades operacionais são reconhecidos na rubrica "Outros ativos".

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso de Administradoras de cartões de crédito e (ii) custo amortizado, para todas as demais carteiras.

A mensuração de Administradoras de cartões de crédito utiliza-se de operações comparáveis realizadas regularmente pela Companhia, enquanto que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado seguem o método da taxa efetiva de juros de cada operação. Para todas as carteiras há a consideração da perda estimada, reconhecidas no resultado, conforme métodos explicados a seguir.

A Companhia utiliza formas distintas para a avaliação de perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa para cada uma das carteiras. As carteiras são divididas entre: Financiamento ao consumidor CDCI, Administradoras de cartões de crédito, B2B e demais carteiras.

Para calcular a perda estimada da carteira de Financiamento ao consumidor CDCI, utiliza-se a análise de crédito realizada no momento da venda, bem como as movimentações de vencimento subsequentes da carteira, a partir de 60 dias. A variação da taxa de desemprego e outros índices financeiros também é observada nesta estimativa.

Para o contas a receber de cartões de crédito, B2B e demais carteiras a Companhia utiliza-se do histórico por meio de matriz de perdas para aplicar perdas estimadas, considerando as divergências esperadas.

Para as demais carteiras, avalia-se o histórico de perdas, o vencimento de títulos, entre outros.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017 reapresentado (*)	31.12.2018	31.12.2017 reapresentado (*)
Administradoras de cartões de crédito (i)	1.114	1.112	1.656	1.576
Financiamento ao consumidor - CDCI (ii)	2.297	2.421	2.297	2.421
Contas a receber - B2B (iii)	-	-	223	308
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(427)	(510)	(498)	(637)
Outras contas a receber	245	276	307	321
	3.229	3.299	3.985	3.989
Circulante	3.019	3.097	3.768	3.785
Não circulante	210	202	217	204

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 2(a)(i).

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, como parte da estratégia de gerenciamento de caixa da Companhia, foi realizada a venda parcial dos recebíveis com as operadoras de cartões de crédito ou banco. O prazo médio de recebimento das vendas é de 5 meses.

(ii) Corresponde aos financiamentos por CDCI que podem ser parcelados em até 24 meses sendo o prazo médio de recebimento 14 meses. A Companhia mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações (conforme nota explicativa nº 12(a)(i)).

(iii) Referem-se a vendas realizadas diretamente a pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

c) Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017 reapresentado (*)	31.12.2018	31.12.2017 reapresentado (*)
Saldo no início do exercício	(510)	(449)	(637)	(521)
Perda estimada registrada no exercício	(517)	(601)	(630)	(681)
Baixas de contas a receber	600	540	769	565
Saldo no fim do exercício	(427)	(510)	(498)	(637)
Circulante	(391)	(483)	(462)	(610)
Não circulante	(36)	(27)	(36)	(27)

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 2(a)(i).

d) Composição por período de vencimento do Contas a receber, bruto de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017 reapresentado (*)	31.12.2018	31.12.2017 reapresentado (*)
A vencer	3.439	3.573	4.183	4.282
Até 30 dias	98	109	125	163
Entre 30-60 dias	43	47	52	62
Entre 61-90 dias	32	34	36	45
Acima de 90 dias	44	46	87	74
	3.656	3.809	4.483	4.626

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 2(a)(i).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Estoques

a) Política contábil

Os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável através de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.

As bonificações recebidas de fornecedores compreendem acordos por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para recomposição de margem ou acordos de *marketing*, entre outros. As bonificações são registradas no resultado à medida que os correspondentes estoques são vendidos. Quando aplicável, o valor das bonificações a receber é registrado como redutor do saldo de fornecedores, desde que os acordos com os fornecedores permitam a liquidação do saldo ao fornecedor pelo montante líquido.

b) Estimativas e premissas contábeis críticas

O valor recuperável líquido representa o preço estimado de venda menos os custos estimados e despesas diretamente atribuíveis para trazer a mercadoria em condições de venda, incluindo os ajustes para giro lento de mercadorias, margem negativa e quebras de estoque por roubo, furto e sucateamento, obtidos por meio de análise da perda histórica.

O valor líquido de realização é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente a venda; e (iii) custo do estoque.

c) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Lojas	2.133	1.681	2.133	1.681
Centros de distribuição	1.812	1.753	2.728	2.784
Almoxarifado	14	13	14	14
Perda estimativa ao valor realizável líquido	(50)	(59)	(102)	(100)
	<u>3.909</u>	<u>3.388</u>	<u>4.773</u>	<u>4.379</u>

d) Movimentação da perda estimada para redução do custo ao valor realizável líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Saldo no início do exercício	(59)	(41)	(100)	(99)
Adições	(42)	(79)	(78)	(86)
Perdas realizadas	51	61	76	85
Saldo no fim do exercício	<u>(50)</u>	<u>(59)</u>	<u>(102)</u>	<u>(100)</u>

7. Tributos a recuperar

a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A expectativa de realização do ICMS a recuperar é baseada na projeção de operações e crescimento, gestão operacional, legislação do ICMS de cada Estado e geração de débitos para consumo desses créditos por Estado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia reavaliou as expectativas de realização de créditos tendo como base nas alterações de seus planos orçamentários e logísticos.

Para os créditos de ICMS a recuperar, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de viabilidade, considerando a expectativa futura de crescimento médio para o período de monetização, alinhado com o Plano Estratégico da Companhia, e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados periodicamente com base em informações extraídas principalmente do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência do plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo eventuais novos elementos que contribuem para a realização do saldo conforme esperado.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
ICMS a recuperar (i)	2.090	2.035	2.547	2.295
PIS e COFINS a recuperar (ii)	360	240	745	561
INSS a recuperar (iii)	88	35	94	41
Imposto de renda e contribuição social	149	11	183	40
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado (i)	1	3	3	4
Outros	7	4	7	3
	2.695	2.328	3.579	2.944
Circulante	639	181	1.060	219
Não circulante	2.056	2.147	2.519	2.725

(i) A expectativa de realização total de ICMS a recuperar é indicada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2018	Controladora	Consolidado
2019	123	137
2020	224	291
2021	266	335
2022	271	315
2023	262	301
2024 até 2028	945	1.171
	2.091	2.550

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas com vistas à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica a antecipação do recolhimento do ICMS devido em toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A instituição dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização desses produtos será finalizado dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a Companhia mantém centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e, então, as mercadorias são enviadas para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual faz surgir para a Companhia o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada Unidade da Federação.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, através de documentos fiscais e arquivos digitais, referentes às operações realizadas que geraram para Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação prévia pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo, sujeitos à substituição tributária, tem sido constantemente ampliado, também tem aumentado o crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia.

A controlada Cnova Brasil desreconheceu em 2017 um ativo no montante de R\$77 referente a ICMS, devido a decadência de prazo. Não há outros saldos com possibilidade de decadência.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) A expectativa de realização total de PIS e COFINS a recuperar é indicada a seguir:

<u>Em 31 de dezembro de 2018</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2019	360	673
2020	-	72
	<u>360</u>	<u>745</u>

Da mesma forma que o conceito para ICMS, a Companhia registra créditos de PIS e COFINS, todas as vezes que evidências conduzem a Companhia a concluir sobre o direito ao crédito. As evidências incluem: (i) interpretação da legislação tributária, (ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações das legislações que fizeram parte da análise e (iii) avaliação contábil sobre o tema. Estes créditos são registrados como redutores das contas de resultado sobre os quais são calculados.

Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre o ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Desde a adoção da sistemática do regime de não cumulatividade do PIS e COFINS, a Companhia vem pleiteando judicialmente o direito de deduzir o ICMS e o ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS. Com o julgamento da tese pelo STF, ocorrido em 15 de março de 2017 em sede de repercussão geral, bem como o Acórdão publicado em 02 de outubro de 2017, a Companhia passou a realizar o cálculo respeitando a decisão do STF.

A Companhia aguarda o julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sobre a decisão do STF e sua possível modulação, porém seus assessores estimam que a decisão da aplicação dos efeitos não limitará o direito da ação judicial proposta pela Companhia. Na melhor estimativa da Administração, os efeitos de tais créditos a partir de 2010 até fevereiro de 2017 totalizam em 31 de dezembro de 2018 aproximadamente R\$656 (R\$953 em 31 de dezembro de 2017) incluindo atualização monetária e descontados os honorários a serem pagos a advogados, e a parcela objeto da transação abaixo descrita. Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, o registro de tais créditos é provável, mas não praticamente certo, portanto não foram registrados e estão sendo divulgados.

Em 7 de dezembro de 2018 o Conselho de Administração aprovou a transação de alienação dos créditos de PIS e COFINS a fundos de investimentos terceiros e não relacionados com a Companhia. Em 28 de dezembro de 2018, a Companhia alienou créditos no montante de R\$248, pelo valor de R\$50, o qual foi registrado na rubrica de "Receita de venda de mercadorias e serviços" de acordo com a política contábil da Companhia. A alienação está suportada por Escritura Pública de Concessão de Crédito, o qual transfere integral e definitivamente, ao cessionário, os direitos e riscos sobre os referidos créditos. Tal escritura também prevê certas cláusulas precedentes, as quais foram integralmente satisfeitas em 31 de dezembro de 2018, bem como prevê que quando ocorrer a decisão definitiva nos tribunais, a Companhia assume o compromisso de utilizar o benefício fiscal e repassar os valores compensados integralmente para o adquirente, atuando como agente. Importante ressaltar que o adquirente assumiu todos os riscos decorrentes de decisões administrativas e judiciais futuras que não estão no controle da Companhia.

- (iii) Em maio de 2018 a Companhia obteve decisão favorável em 1ª instância em ação judicial em que pleiteia a aplicação do FAP (Fator Acidentário de Prevenção) de forma individualizada por estabelecimento, em substituição à forma centralizada que aplicou durante o período de 2012 a 2015. Nesse contexto e considerando a jurisprudência consolidada acerca do tema, a Companhia registrou uma receita de R\$47 na rubrica de Despesas com pessoal, por entender ser praticamente certa a recuperação dos valores pagos a maior.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Partes relacionadas

	Ativo (Passivo), líquido				Receita (Despesa), líquida			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Controlador								
Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") (c), (d), (e), (f)	91	195	94	177	(13)	(19)	(18)	(21)
Controladas								
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") (b), (e), (d)	(1)	(37)	-	-	(500)	(537)	-	-
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS") (d)	-	(9)	-	-	(2)	(2)	-	-
VVLog Logística Ltda. ("VVLog") (b), (e)	4	4	-	-	(209)	(204)	-	-
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil") (b), (d), (e)	1.040	444	-	-	34	186	-	-
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("Lake") (b)	1	-	-	-	-	-	-	-
Coligadas								
Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC") (a)	(2)	(5)	(2)	(5)	(3)	-	(8)	(4)
Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas") (d)	-	-	1	-	-	-	7	-
Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. ("Greenyellow") (d)	(6)	-	(6)	-	(2)	-	(2)	-
Outras								
Casa Bahia Comercial Ltda. ("CB") (d), (f)	14	219	48	228	(304)	(295)	(311)	(302)
	1.141	811	135	400	(999)	(871)	(332)	(327)
Ativo - partes relacionadas								
Circulante	1.333	664	132	124				
Não circulante	156	405	190	415				
Passivo - partes relacionadas								
Circulante	(343)	(258)	(182)	(139)				
Não circulante	(5)	-	(5)	-				

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações com partes relacionadas, apresentadas no quadro anterior, são resultados principalmente de transações que a Companhia, seus principais acionistas e suas controladas mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordadas entre as partes, sendo as principais:

a) Operações com a Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC") de crédito, financiamento e investimento

A Companhia atua como correspondente bancário para serviços operados pela FIC. Esta operação gera valores a repassar, indicados como contas a pagar com partes relacionadas, e valores a receber pelos serviços prestados, indicados como contas a receber com partes relacionadas. O resultado destas operações está representado na coluna de "Receita (despesa), líquida" no quadro anteriormente apresentado, e classificado na rubrica de "Receita de venda de mercadorias e serviços" na demonstração do resultado da Companhia.

Adicionalmente, a FIC atua como operadora de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de nossos clientes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC era de R\$132 (R\$147 em 31 de dezembro de 2017). Esses saldos estão registrados na rubrica "Contas a receber" em "Administradoras de cartões de crédito" demonstrada na nota explicativa nº 5(b)(i).

A FIC realiza, também, operações de compra de recebíveis de cartão de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu R\$24 (R\$26 em 31 de dezembro de 2017) de despesas financeiras provenientes da venda de recebíveis de cartão de crédito.

b) Contratos de mútuos com controladas

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia mantém contratos de mútuos com as controladas VVLog, Bartira, Cnova e Lake atualizados monetariamente pela taxa média de 105% do CDI (105% do CDI em 31 de dezembro de 2017).

c) Operações com a controladora Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD")

A controladora CBD é avalista da Companhia em um contrato de prestação de serviços, fiadora em determinados contratos de financiamento e aluguel. Adicionalmente há também o reembolso de despesas com pessoal e aluguel entre as partes.

A Companhia também adquire cartões de alimentação e benefícios para seus funcionários junto à CBD, em preços semelhantes à concorrência. Esta aquisição representou uma despesa de R\$43 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$42 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a CBD realizou pagamentos de determinadas demandas judiciais cíveis e trabalhistas da Cnova Brasil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Cnova Brasil ressarcou o montante de R\$26 para CBD relativo à estas demandas judiciais. Não houve transações dessa natureza durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

d) Operações de aluguéis e prestação de serviço

A Via Varejo realizou operações de aluguel, compartilhamento de seus centros de distribuição e prestação de serviços com CBD, GAS e Cnova Brasil. A controlada Cnova Brasil realizou operações de aluguéis com Sendas.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 303 imóveis entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos estabelecidos em condições específicas com os administradores da Casa Bahia Comercial ("CB"), conforme Acordo de Associação entre Via Varejo, CBD e CB, com o saldo a pagar de R\$28 em 31 de dezembro de 2018 (R\$26 em 31 de dezembro de 2017).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Via Varejo oferta seus produtos no site da sua controlada Cnova Brasil e, como comissão pela utilização desse espaço de venda, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2018 uma despesa no montante de R\$100 (R\$52 em 31 de dezembro de 2017).

Em 2018 a Companhia firmou um contrato de prestação de serviços com a Greenyellow para implementar soluções de eficiência energética em algumas filiais, com objetivo de monitorar e garantir a redução do consumo de energia elétrica das filiais. A Companhia compra equipamentos da Greenyellow que realiza a manutenção destes, sendo remunerada percentualmente de acordo com a economia de energia gerada. Os equipamentos adquiridos são reconhecidos, quando aplicável, no Imobilizado na rubrica de “Benfeitorias em imóveis de terceiros”.

e) Compra e venda de mercadorias e serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a Companhia efetuou as seguintes operações com partes relacionadas:

Contraparte	Operação	Receita (despesa), líquida	
		31.12.2018	31.12.2017
Cnova	Venda de mercadorias	138	242
CBD	Comissão por intermediação de compra	48	39
Bartira	Compra de mercadorias	(502)	(537)
VVLog	Contratação de serviços de frete	(212)	(208)
Cnova	Compra de mercadorias	(9)	(9)

f) Acordo de associação Via Varejo, CBD e CB e instrumentos correlatos

Em 2010 foi celebrado o Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação (“Acordo de Associação”) entre Via Varejo, CBD e CB que, dentre outros direitos, garantiu à Via Varejo o direito de ser indenizada a título de perdas e danos, por CBD e CB, acerca de certas demandas judiciais e reembolso de despesas, ocorridas a partir de 30 de junho de 2010, mas que eram relativas à fatos ou atos sob responsabilidade dos antigos controladores das empresas constantes do referido Acordo de Associação.

Conforme disposto no Acordo de Associação, ao findar o prazo de seis anos da data do fechamento da transação, o que ocorreu em 8 de novembro de 2016, foram encerrados os procedimentos relativos a constituição de indenização relativa às novas demandas judiciais e iniciaram-se as negociações entre as partes para cobrança e liquidação dos saldos existentes relativos à tais perdas e danos.

Em 4 de julho de 2017, a Companhia celebrou um “Termo de Acordo” com CB, em conjunto com CBD, para (i) liquidação das perdas e danos já incorridas até 8 de novembro de 2016; (ii) definição de novos critérios para apuração de responsabilidades pelas perdas e danos relativas às contingências; (iii) realização de reuniões periódicas nas quais cada uma das partes deve apresentar as perdas e danos incorridas a partir de 09 de novembro de 2016, a serem indenizados pela outra parte; e (iv) constituição de garantias para fazer frente à obrigação de indenização de CB relativas às contingências. O Termo de Acordo foi aprovado pelos Conselhos de Administração da Companhia e CBD em 24 de julho de 2017. A garantia constituída pela CB para cumprimento do referido Termo de Acordo foi uma fiança pessoal dos acionistas de CB, bem como hipotecas sobre imóveis de propriedade deles, em valor suficiente para suportar o total das contingências potenciais identificadas em 8 de novembro de 2016.

Em 24 de outubro de 2018, a Companhia celebrou com CB, em conjunto com CBD, Termo Aditivo ao Termo de Acordo, visando aprimorar os critérios do Termo de Acordo e esclarecer determinadas cláusulas e condições, de forma a possibilitar a devida liquidação dos saldos em aberto apresentados de parte a parte nas reuniões periódicas.

Em todo o período do Acordo de Associação e do Termo de Acordo, isto é, desde o ano de 2010, foram apresentadas pelas partes (Via Varejo e CB) perdas e danos indenizáveis, sendo R\$661 em favor de Via Varejo. Desse montante, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu uma despesa de R\$82 (R\$97 em 31 de dezembro de 2017) na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

g) Remuneração da Administração

As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração), registradas na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram as seguintes:

31.12.2018			
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria	26	8	34
Conselho de Administração	3	-	3
	<u>29</u>	<u>8</u>	<u>37</u>
31.12.2017			
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria	32	9	41
Conselho de Administração	2	-	2
	<u>34</u>	<u>9</u>	<u>43</u>

9. Investimentos

a) Política Contábil

Controladas são todas as entidades que a Via Varejo detém, direta ou indiretamente, controle sobre suas operações. Controle é definido: (i) pelo poder decisório que a Companhia detém sobre as atividades operacionais e financeiras significativas em suas investidas; (ii) por sua habilidade de utilizar esse poder; e (iii) pela sua exposição aos retornos dessas entidades. As demonstrações financeiras das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data que o controle foi adquirido. No momento em que ocorre a perda de controle de alguma controlada, a consolidação do investimento é descontinuada. Ganhos ou perdas resultantes, inclusive qualquer montante recebido pela alienação de investimento, são reconhecidos no resultado do exercício no momento da desconsolidação. A parcela do investimento é remensurada a valor justo caso seja retida após a perda de controle, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício.

Coligadas são todas as entidades que a Companhia detém, direta ou indiretamente, influência significativa sobre as atividades operacionais e financeiras relevantes, porém não detém controle. Os investimentos em coligadas são ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são, subsequentemente, ajustados pelo percentual de participação da Companhia nos resultados e mutações do patrimônio líquido da coligada. O investimento inclui o ágio apurado na aquisição de controlada.

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, e atualmente permitido pelas IFRS, os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais são ajustados pelo método de equivalência patrimonial.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Participações societárias

Investimentos	31.12.2018		31.12.2017	
	Participação direta	Participação indireta	Participação direta	Participação indireta
Controladas				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("LAKE")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
VVLog Logística Ltda. ("VVLog")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração de Consórcio Ltda. ("GAC")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil")	100,00%	-	100,00%	-
E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A. ("E-Hub")	-	-	-	100,00%
Nova Experiência Pontocom S.A. ("Nova Experiência")	-	-	-	100,00%
Via Varejo Luxembourg Holding S.à.r.l.	-	-	-	100,00%
Via Varejo Netherlands Holding B.V.	-	-	-	100,00%
Coligadas				
Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC")	-	14,24%	-	14,24%
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	-	50,00%	-	50,00%
FIC Promotora de Vendas Ltda.	-	14,24%	-	14,24%

c) Saldos e movimentação

	Controladora				
	Lake	Bartira	Cnova Brasil (ii)	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016 – reapresentado (*)	141	704	(964)	79	(40)
Aumento de capital	-	102	874	-	976
Equivalência patrimonial por resultado	16	(29)	(245)	7	(251)
Equivalência patrimonial por outros resultados abrangentes	-	-	(6)	-	(6)
Distribuição de dividendos	(76)	-	-	-	(76)
Transação com controladores (i)	-	-	(84)	-	(84)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 – reapresentado (*)	81	777	(425)	86	519
Aumento de capital (iii)	-	-	615	-	615
Equivalência patrimonial por resultado	39	(11)	(193)	1	(164)
Equivalência patrimonial por outros resultados abrangentes	-	-	1	-	1
Distribuição de dividendos	(12)	-	-	(15)	(27)
Mutação de patrimônio líquido de coligada	(1)	-	-	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	107	766	(2)	72	943

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 2(a)(i).

(i) Refere-se ao crédito de prejuízo fiscal de Cnova Brasil transferido para Via Varejo sem custo financeiro. Mais detalhes sobre essa transação estão descritos na nota explicativa nº 14 (c)(ii).

(ii) Em 31 de dezembro de 2018, a controladora Via Varejo mantinha um saldo em passivo a descoberto de R\$2 para a controlada Cnova Brasil (R\$425 em 31 de dezembro de 2017).

(iii) Em 2018, a Companhia aumentou o capital social no montante de R\$615 da controlada Cnova Brasil, sendo R\$400 mediante a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital e R\$215 mediante conversão de dívidas contraídas junto a Via Varejo.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	FIC (i)	BINV (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016 – reapresentado (*)	122	20	142
Equivalência patrimonial	19	1	20
Distribuição de dividendos	(81)	-	(81)
Saldo em 31 de dezembro de 2017 – reapresentado (*)	60	21	81
Equivalência patrimonial	32	8	40
Distribuição de dividendos e JCP	(12)	-	(12)
Mutação de patrimônio líquido de coligada	(1)	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	79	29	108

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 2 (a)(i).

(i) FIC e BINV

São instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e da Via Varejo. Elas são resultado da associação de CBD e da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A. A Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, através de participação no Conselho de Administração das associadas. A participação no capital votante total da FIC e do BINV corresponde a 14,24% e 50,00%, respectivamente, oriundos dos investimentos da controlada Lake.

d) Informações financeiras resumidas das coligadas

A seguir, informações da coligada que a Companhia julga como relevante para o cálculo da equivalência patrimonial:

Balanço patrimonial	FIC	
	31.12.2018	31.12.2017 reapresentado (*)
Ativo circulante	5.691	4.561
Ativo não circulante	59	69
Ativo total	5.750	4.630
Passivo circulante	5.031	4.026
Passivo não circulante	10	11
Patrimônio líquido (i)	709	593
Total passivo e patrimônio líquido	5.750	4.630
Demonstração do resultado		
Receitas	881	988
Resultados operacionais	321	276
Lucro líquido	225	140

(i) O cálculo do investimento considera o patrimônio líquido da investida, deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco S.A.

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 2 (a)(i).

e) Incorporação da E-Hub e Nova Experiência

Em 1º de outubro de 2018, a Cnova Brasil incorporou as operações de E-Hub e Nova Experiência com o intuito de simplificar a estrutura da Companhia e reduzir gastos e despesas operacionais. Nesta transação, a Cnova Brasil baixou o investimento avaliado em R\$21 e assumiu os ativos e passivos dessas empresas.

Não há restrições significativas relacionadas aos investimentos mantidos pela Companhia.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Imobilizado

a) Política contábil

O ativo imobilizado da Companhia é reconhecido e mensurado inicialmente pelo seu custo histórico, que contempla tanto os custos de aquisição como os custos de construção. No caso dos ativos imobilizados em andamento, todos os custos diretamente relacionados à construção desses ativos são reconhecidos no imobilizado, bem como os juros incorridos no financiamento desses ativos, se atendidos os critérios de reconhecimento. A depreciação é calculada utilizando o método linear com base na vida útil econômica das respectivas classes de ativos. Quando está diretamente relacionada à logística e distribuição, as despesas com depreciação são alocadas na rubrica “Custo das mercadorias e serviços vendidos”. Os itens de ativo imobilizado são reconhecidos pelos seus componentes significativos e tratados como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os seus critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Itens do ativo imobilizado e seus componentes são baixados na sua alienação ou quando não há expectativa que benefícios econômicos futuros sejam gerados pelo seu uso ou venda. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo são relacionadas a seguir:

Categoria de ativos	Vida útil média ponderada estimada em anos
Edifícios	40
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15
Máquinas e equipamentos	12
Equipamentos de informática	5
Instalações	13
Móveis e utensílios	13
Veículos	4

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

O ativo imobilizado deve ser reconhecido pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor recuperável, sendo que o valor contábil representa a soma do custo histórico e a depreciação acumulada do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício.

Anualmente a Companhia realiza o teste de *impairment* de seus ativos imobilizados, avaliando a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor contábil. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras.

As perdas por não recuperação, quando houver, são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. No caso do ativo imobilizado, a perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas avaliadas anualmente adotadas para definir o valor recuperável do ativo.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Estimativas e premissas contábeis críticas

A Companhia entende que suas Unidades Geradoras de Caixa ("UGC") são suas lojas, individualmente, e testa o ativo imobilizado neste nível. O teste é realizado nas seguintes etapas:

- Compara-se o valor residual das UGC's com um múltiplo de venda representativo das transações entre empresas do segmento (no caso 30%). As UGC's que apresentarem resultado do múltiplo inferior aos ativos seguem para a próxima etapa;
- Elabora-se o fluxo de caixa esperado das UGC's identificadas para os próximos 5 anos e compara-se o resultado com o valor contábil;
- Em caso de lojas próprias com valor em uso abaixo do valor contábil, a Companhia solicita a avaliação de especialistas independentes para obter o valor de mercado do imóvel.

A margem EBITDA utilizada para o teste varia entre as UGC's devido ao resultado apresentado pela UGC no último ano. A margem EBITDA, o crescimento de vendas e a taxa de desconto utilizados são objeto de aprovação do Conselho de Administração da Companhia. A taxa de desconto utilizada no teste de *impairment* reflete o custo de capital da Companhia (WACC).

O resultado do teste de *impairment*, bem como os índices utilizados, está apresentado no item (e) desta nota explicativa.

c) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2018			Saldo em 31.12.2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	12	-	12	12	-	12
Edifícios	14	(8)	6	18	(9)	9
Benfeitorias em imóveis de terceiros	992	(334)	658	920	(274)	646
Máquinas e equipamentos	161	(90)	71	148	(78)	70
Equipamentos de informática	440	(271)	169	351	(242)	109
Instalações	153	(75)	78	133	(66)	67
Móveis e utensílios	284	(117)	167	240	(96)	144
Veículos	4	(4)	-	5	(4)	1
Imobilizado em andamento	115	-	115	118	-	118
Outros	47	(30)	17	39	(24)	15
	2.222	(929)	1.293	1.984	(793)	1.191
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	155	(150)	5	155	(146)	9
	2.377	(1.079)	1.298	2.139	(939)	1.200

	Controladora					Saldo em 31.12.2017
	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências	
Terrenos	12	-	-	-	-	12
Edifícios	9	-	-	-	-	9
Benfeitorias em imóveis de terceiros	676	-	(1)	(50)	21	646
Máquinas e equipamentos	88	-	(1)	(15)	(2)	70
Equipamentos de informática	109	-	(1)	(39)	40	109
Instalações	88	-	(3)	(13)	(5)	67
Móveis e utensílios	134	-	(1)	(16)	27	144
Veículos	8	-	(6)	(1)	-	1
Imobilizado em andamento	38	156	(1)	-	(75)	118
Outros	21	-	(1)	(7)	2	15
	1.183	156	(15)	(141)	8	1.191
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	13	-	-	(4)	-	9
	1.196	156	(15)	(145)	8	1.200

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora						
	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências	Saldo em 31.12.2018
Terrenos	12	-	-	-	-	12
Edifícios	9	-	(1)	-	(2)	6
Benfeitorias em imóveis de terceiros	646	-	(27)	(60)	99	658
Máquinas e equipamentos	70	-	-	(13)	14	71
Equipamentos de informática	109	-	(2)	(39)	101	169
Instalações	67	-	(1)	(11)	23	78
Móveis e utensílios	144	-	(2)	(20)	45	167
Veículos	1	-	-	-	(1)	-
Imobilizado em andamento	118	281	-	-	(284)	115
Outros	15	-	(2)	(6)	10	17
	1.191	281	(35)	(149)	5	1.293
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	9	-	-	(4)	-	5
	1.200	281	(35)	(153)	5	1.298

Consolidado						
	Saldo em 31.12.2018			Saldo em 31.12.2017		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	15	-	15	16	-	16
Edifícios	19	(12)	7	23	(13)	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	995	(334)	661	929	(282)	647
Máquinas e equipamentos	403	(233)	170	392	(204)	188
Equipamentos de informática	486	(307)	179	401	(274)	127
Instalações	170	(83)	87	164	(80)	84
Móveis e utensílios	300	(126)	174	257	(104)	153
Veículos	27	(9)	18	60	(9)	51
Imobilizado em andamento	116	-	116	118	-	118
Outros	47	(30)	17	44	(24)	20
	2.578	(1.134)	1.444	2.404	(990)	1.414
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	155	(150)	5	155	(146)	9
	2.733	(1.284)	1.449	2.559	(1.136)	1.423

Consolidado						
	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências	Saldo em 31.12.2017
Terrenos	16	-	-	-	-	16
Edifícios	10	-	-	-	-	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	678	-	(1)	(50)	20	647
Máquinas e equipamentos	225	2	(2)	(35)	(2)	188
Equipamentos de informática	129	6	(1)	(47)	40	127
Instalações	105	2	(3)	(15)	(5)	84
Móveis e utensílios	144	-	(1)	(18)	28	153
Veículos	53	-	(6)	(1)	5	51
Imobilizado em andamento	43	155	(1)	-	(79)	118
Outros	21	5	(1)	(6)	1	20
	1.424	170	(16)	(172)	8	1.414
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	14	-	-	(5)	-	9
	1.438	170	(16)	(177)	8	1.423

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					Saldo em 31.12.2018
	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências	
Terrenos	16	-	(1)	-	-	15
Edifícios	10	-	(1)	(1)	(1)	7
Benfeitorias em imóveis de terceiros	647	2	(27)	(60)	99	661
Máquinas e equipamentos	188	2	(6)	(34)	20	170
Equipamentos de informática	127	1	(4)	(46)	101	179
Instalações	84	3	(10)	(12)	22	87
Móveis e utensílios	153	-	(2)	(21)	44	174
Veículos	51	-	(30)	(2)	(1)	18
Imobilizado em andamento	118	281	-	-	(283)	116
Outros	20	1	(2)	(6)	4	17
	1.414	290	(83)	(182)	5	1.444
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	9	-	-	(4)	-	5
	1.423	290	(83)	(186)	5	1.449

d) Classificação da depreciação e amortização na demonstração do resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu no custo de mercadorias e serviços vendidos o montante de R\$36 referente à depreciação e amortização de seu imobilizado nas demonstrações financeiras individuais (R\$44 em 31 de dezembro de 2017) e R\$68 nas demonstrações financeiras consolidadas (R\$76 em 31 de dezembro de 2017).

e) Testes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O valor recuperável das UGCs foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os próximos cinco anos. As premissas utilizadas no cálculo foram as seguintes: (i) taxa de crescimento do triênio 2019-2021, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de crescimento das vendas de 6,6% para o quarto e quinto ano; e (iii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da Companhia de 11,3% a.a. Foi considerada a taxa de inflação para todos os períodos de 4,1% a.a.

Como resultado dessa análise, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi registrada uma redução por *impairment* no montante de R\$1 (R\$2 em 31 de dezembro de 2017) relacionada a 1 (uma) loja.

A Companhia realizou um teste de sensibilidade reduzindo o múltiplo para 25%, aumentando a taxa de desconto para 13,6% (equivalente a um aumento de 20%) e reduzindo a margem EBITDA em 1%. Essa análise indicaria a necessidade de uma redução por *impairment* adicional no montante de R\$3 sobre o valor contábil.

f) Revisão da vida útil estimada

Em 2018 a Companhia procedeu com a revisão da vida útil estimada dos ativos imobilizados classificados como "Benfeitorias em imóveis de terceiros" relacionados às filiais de lojas físicas, passando de 20 para 14 anos. Baseado nos ativos registrados em 1º de fevereiro de 2018, a mudança desta estimativa contábil impactou o resultado de 2018 em aproximadamente R\$9 de despesa. Para o ano de 2019 o impacto estimado é de R\$8 de despesa.

11. Intangível

a) Política contábil

São compostos os ativos intangíveis da Companhia, basicamente pelo ágio gerado na aquisição de controladas, marcas e contratos vantajosos adquiridos por combinação de negócios, fundos de comércio, *softwares* em desenvolvimento ou já desenvolvidos internamente, *softwares* adquiridos de terceiros e direitos readquiridos para exploração de venda de garantia estendida.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os gastos com o desenvolvimento de *software* para uso interno são reconhecidos como custo de ativos intangíveis desde que atendam os critérios mínimos de reconhecimento. No reconhecimento inicial de intangíveis adquiridos de terceiros, o valor reconhecido é o custo. No entanto, em uma combinação de negócios, todos os intangíveis confiavelmente identificáveis da investida são mensurados a valor justo. O ágio gerado pela aquisição de controladas e as marcas têm vida útil indefinida, logo, não são amortizados, em virtude da perpetuidade e/ou fluxo positivo de recursos que a controlada adquirida gerará para os negócios. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. As respectivas vidas úteis são revistas anualmente e ajustadas prospectivamente, quando aplicável.

Os intangíveis gerados internamente e os gastos com desenvolvimento de *software* que não atendem os critérios mínimos de reconhecimento são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

Anualmente, ou sempre que houver indícios sobre a sua recuperação, os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a testes de recuperação.

As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo intangível de vida útil definida são relacionadas a seguir:

Intangível	Vida útil média ponderada estimada em anos
Fundo de comércio	5
<i>Software</i> e licenças	6
Direito contratual	8
Contrato vantajoso	17

b) Estimativas e premissas contábeis críticas

Conforme prática contábil descrita acima, a Companhia testa anualmente se o valor contábil do ágio por aquisição de investimentos em controladas deve ser ajustado para trazê-lo ao seu valor recuperável. A Companhia utiliza premissas baseadas em seu planejamento estratégico e nos indicadores de mercado para avaliação da recuperabilidade deste ágio. O resultado do teste de *impairment*, bem como os índices utilizados, estão apresentados no item (e) desta nota explicativa.

c) Composição dos saldos e movimentação

Controladora						
	Saldo em 31.12.2018			Saldo em 31.12.2017		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
<i>Software</i> e licenças	386	(152)	234	252	(124)	128
Direitos contratuais	251	(142)	109	251	(106)	145
Fundo de comércio	68	(66)	2	67	(65)	2
<i>Software</i> em desenvolvimento	280	-	280	101	-	101
	985	(360)	625	671	(295)	376
Arrendamento mercantil financeiro						
<i>Software</i>	126	(72)	54	126	(57)	69
	1.111	(432)	679	797	(352)	445

Controladora						
	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo em 31.12.2017
<i>Software</i> e licenças	131	-	(5)	(19)	21	128
Direitos contratuais	181	-	-	(36)	-	145
Fundo de comércio	4	-	-	(2)	-	2
<i>Software</i> em desenvolvimento	18	112	-	-	(29)	101
	334	112	(5)	(57)	(8)	376
Arrendamento mercantil financeiro						
<i>Software</i>	69	13	-	(13)	-	69
	403	125	(5)	(70)	(8)	445

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora						
	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo em 31.12.2018
Software e licenças	128	-	(24)	(32)	162	234
Direitos contratuais	145	-	-	(36)	-	109
Fundo de comércio	2	-	-	(1)	1	2
Software em desenvolvimento	101	347	-	-	(168)	280
	376	347	(24)	(69)	(5)	625
Arrendamento mercantil financeiro						
Software	69	-	-	(15)	-	54
	445	347	(24)	(84)	(5)	679

Consolidado						
	Saldo em 31.12.2018			Saldo em 31.12.2017		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio (i)	627	-	627	627	-	627
Software e licenças	577	(308)	269	446	(240)	206
Direitos contratuais (ii)	251	(142)	109	251	(106)	145
Marcas e patentes (iii)	46	-	46	46	-	46
Contrato vantajoso (iv)	36	(11)	25	36	(8)	28
Fundo de comércio (v)	68	(66)	2	67	(65)	2
Software em desenvolvimento	295	-	295	108	-	108
	1.900	(527)	1.373	1.581	(419)	1.162
Arrendamento mercantil financeiro						
Software	133	(79)	54	133	(62)	71
	2.033	(606)	1.427	1.714	(481)	1.233

Consolidado						
	Saldo em 31.12.2016	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo em 31.12.2017
Ágio (i)	627	-	-	-	-	627
Software e licenças	269	-	(8)	(84)	29	206
Direitos contratuais (ii)	181	-	-	(36)	-	145
Marcas e patentes (iii)	46	-	-	-	-	46
Contrato vantajoso (iv)	30	-	-	(2)	-	28
Fundo de comércio (v)	4	-	-	(2)	-	2
Software em desenvolvimento	24	121	-	-	(37)	108
	1.181	121	(8)	(124)	(8)	1.162
Arrendamento mercantil financeiro						
Software	76	13	-	(18)	-	71
	1.257	134	(8)	(142)	(8)	1.233

Consolidado						
	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Amortização	Transferências	Saldo em 31.12.2018
Ágio (i)	627	-	-	-	-	627
Software e licenças	206	1	(24)	(89)	175	269
Direitos contratuais (ii)	145	-	-	(36)	-	109
Marcas e patentes (iii)	46	-	-	-	-	46
Contrato vantajoso (iv)	28	-	-	(3)	-	25
Fundo de comércio (v)	2	-	-	(1)	1	2
Software em desenvolvimento (*)	108	373	(5)	-	(181)	295
	1.162	374	(29)	(129)	(5)	1.373
Arrendamento mercantil financeiro						
Software	71	-	-	(17)	-	54
	1.233	374	(29)	(146)	(5)	1.427

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as adições de Software em desenvolvimento foram impactadas principalmente devido a projetos relacionados com a integração da Cnova e de sistemas vinculados ao desempenho de vendas.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ágio

A Companhia mantém ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da aquisição da Bartira em 2013, no montante de R\$627.

(ii) Direitos contratuais

Os direitos contratuais da Companhia referem-se à reaquisição dos direitos de intermediação de seguro e garantia estendida. A vida útil destes ativos foi estabelecida com base na data de término dos direitos readquiridos.

(iii) Marcas e patentes

Em consequência da combinação de negócios da Bartira, foi reconhecido um valor para essa marca no montante de R\$46 com base na metodologia *royalties relief*, que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida.

(iv) Contrato vantajoso

O imóvel utilizado por Bartira é objeto de arrendamento mercantil operacional, tendo Casa Bahia Comercial Ltda. como arrendadora. Sua mensuração foi realizada por informação de transações comparáveis no mercado.

(v) Fundo de comércio

Os fundos de comércio referem-se aos valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais. Para o teste de valor recuperável, os fundos de comércio são alocados nas lojas que deram origem ao direito e testados em conjunto com a UGC.

d) Testes de redução ao valor recuperável do ativo intangível

Para os ativos intangíveis de vida útil definida, a Companhia avalia a existência de evidências que possam indicar que o seu valor contábil não seja mais recuperável pela sua utilização. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa em que estes ativos intangíveis estavam vinculados. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável.

Para a determinação do valor recuperável dos ativos intangíveis relativos à combinação de negócios da Bartira (ágio por aquisição de controlada, marca e contrato vantajoso), os seus respectivos valores foram devidamente alocados ao único segmento que a Companhia reporta. A aquisição da Bartira foi estratégica e realizada com o objetivo de permitir um fornecimento contínuo de móveis, importante categoria de vendas para a Companhia em ambos os negócios, bem como alavancar o fluxo de clientes para as lojas, qual beneficia fortemente todas as demais categorias de produtos. Dessa forma, o teste de *impairment* para o ágio foi realizado tomando os fluxos de caixa futuros projetados para os próximos 10 anos da Via Varejo.

Para a determinação do valor recuperável, quatro principais premissas foram utilizadas na elaboração do teste: (i) taxa de crescimento do triênio 2019-2021, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de crescimento das vendas de 6,6% para o quarto e quinto ano e 4,6% do sexto ao décimo ano; (iii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da Companhia de 11,3% a.a.; e (iv) estabilidade da margem EBITDA a partir do quarto ano. A perpetuidade foi calculada considerando as mesmas premissas do último período. Essa análise não indicou a necessidade de reconhecimento de perdas desse ativo.

A Companhia realizou um teste de sensibilidade reduzindo a taxa de crescimento em 20%, aumentando a taxa de desconto para 13,6% (equivalente a um aumento de 20%) e reduzindo a margem EBITDA em 1%. Essa análise também não indicou a necessidade de constituição de perdas desse ativo.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos saldos

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
CDCI (i)	7,78% a.a.	3.400	3.466	3.400	3.466
Notas promissórias (ii)	7,10% a.a.	502	-	502	-
Empréstimos em moeda estrangeira (iii)	3,92% a.a.	395	-	395	266
Instrumentos financeiros - <i>hedge</i> de valor justo passivo	6,29% a.a.	6	-	6	-
Empréstimos moeda nacional (iii)	-	-	-	-	317
Arrendamento mercantil financeiro	11,53% a.a.	74	91	74	95
Outros		18	50	22	55
		4.395	3.607	4.399	4.199
Circulante		3.377	3.214	3.378	3.802
Não circulante		1.018	393	1.021	397
Instrumentos financeiros - <i>hedge</i> de valor justo ativo		-	-	-	(17)
Total de empréstimos e financiamentos, líquido		4.395	3.607	4.399	4.182

(i) CDCI

As operações de financiamento ao consumidor por interveniência correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes, por intermédio de uma instituição financeira (vide nota explicativa nº 5(b)(ii)). As taxas são pré-fixadas a cada captação que a Companhia realiza. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 7,78% a.a. (9,65% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

(ii) Notas promissórias

Em 12 de dezembro de 2018 a Companhia realizou a 1ª emissão de notas promissórias em série única. Foram emitidas 5 notas promissórias comerciais, da espécie quirografária, todas com valor nominal unitário de R\$100, totalizando R\$500. O vencimento para a amortização das notas promissórias será em fevereiro de 2020.

(iii) Empréstimos em moeda estrangeira e moeda nacional

A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas e, quando aplicáveis, juros variáveis, bem como de operações em moeda nacional com taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuantes). As operações de *swap* são contratadas com o mesmo conglomerado financeiro e moeda dos empréstimos correspondentes, e são registrados na rubrica "Instrumentos financeiros – *hedge* de valor justo", conforme o valor líquido apurado de cada instrumento. Esses contratos possuem os mesmos prazos e datas para pagamento de juros e principal.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas relacionadas aos empréstimos e financiamentos.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação

O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento do fluxo de caixa.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.427	3.939
Fluxos de caixa de financiamento		
Captações (i)	4.858	5.433
Amortizações (i)	(4.653)	(5.073)
Amortizações de arrendamento	(17)	(21)
Liquidação contratos de <i>swap</i>	(7)	(77)
Pagamento de juros (i)	(372)	(402)
Pagamento de juros de arrendamento	(11)	(11)
Pagamento de juros de <i>swap</i>	-	(27)
Variações que não envolvem caixa		
Captações de arrendamento	13	13
Juros incorridos (i)	363	387
<i>Swap</i>	15	30
Variação cambial	(10)	(9)
Marcação a mercado	1	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.607	4.182
Fluxos de caixa de financiamento		
Captações (ii)	5.818	5.818
Amortizações (ii)	(4.976)	(5.585)
Amortizações de arrendamento	(18)	(21)
Liquidação contratos de <i>swap</i>	-	45
Pagamento de juros (ii)	(306)	(328)
Pagamento de juros de arrendamento	(11)	(11)
Pagamento de juros de <i>swap</i>	(3)	(5)
Variações que não envolvem caixa		
Juros incorridos (ii)	281	297
<i>Swap</i>	7	(22)
Variação cambial	(3)	30
Marcação a mercado	(1)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.395	4.399

(i) Em 2017, os montantes referentes às operações de CDCI foram de R\$4.858 de captações, R\$4.380 de amortizações, R\$358 de pagamento de juros e R\$343 de juros incorridos.

(ii) Em 2018, os montantes referentes às operações de CDCI foram de R\$4.920 de captações, R\$4.954 de amortizações, R\$288 de pagamento de juros e R\$256 de juros incorridos

c) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

Ano	Controladora	Consolidado
2020	982	983
2021	18	19
2022	18	19
Total	1.018	1.021

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Tributos a pagar

a) Política Contábil

Os saldos de tributos a pagar estão apresentados líquidos entre o valor total devido e o saldo a recuperar relacionado a cada um dos tributos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), Imposto sobre Serviços ("ISS"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), além dos impostos que a empresa precisa reter sobre determinadas atividades, como aluguéis e serviços tomados, entre outros.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
ICMS a pagar	103	121	125	135
Parcelamento (i)	29	30	29	30
IRRF a pagar	17	25	19	26
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	100	2	106
Outros	7	10	18	11
	156	286	193	308
Circulante	126	243	163	265
Não circulante	30	43	30	43

- (i) A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), instituído pela Medida Provisória ("MP") 783/2017, que permite a regularização de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O valor total da adesão foi de R\$42, composto basicamente de processos relativos a PIS e COFINS e Imposto de renda. A Companhia liquidou 20% da dívida e o remanescente do saldo devedor está sendo pago em 145 meses desde janeiro de 2018.

14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Política Contábil

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados e reconhecidos por diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis e sobre prejuízos fiscais. Os valores são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens do resultado abrangente, nesses casos, os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no próprio patrimônio líquido. Créditos e prejuízos fiscais não utilizados são reconhecidos à medida que há uma estimativa razoável de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização. O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos para ativos e passivos cuja realização futura não seja provável.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados de acordo com as alíquotas vigentes e aplicadas no período em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a alíquota em vigor é de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais, bem como se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

b) Estimativas e premissas contábeis críticas

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os créditos tributários possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

c) Reconciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017 reapresentado (*)	31.12.2018	31.12.2017 reapresentado (*)
Lucro (prejuízo) antes da tributação	(351)	345	(388)	253
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	119	(117)	132	(86)
Equivalência patrimonial	(56)	(85)	14	7
Reconhecimento de diferenças temporárias (i)	-	-	59	-
Prejuízo fiscal não reconhecido	-	-	(106)	(103)
Reconhecimento de prejuízo fiscal - Programa de Regularização Tributária (ii)	-	-	-	84
Outras diferenças não dedutíveis permanentes	21	25	22	13
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(3)	2	4	2
Imposto de renda e contribuição social efetivos	<u>81</u>	<u>(175)</u>	<u>125</u>	<u>(83)</u>
Corrente reconhecido no resultado	29	(318)	8	(325)
Diferido reconhecido no resultado	<u>55</u>	<u>141</u>	<u>113</u>	<u>240</u>
	<u>84</u>	<u>(177)</u>	<u>121</u>	<u>(85)</u>
Diferido reconhecido por meio de outros resultados abrangentes	(3)	2	4	2
	<u>81</u>	<u>(175)</u>	<u>125</u>	<u>(83)</u>

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 2 (a)(i).

- (i) A controlada Cnova Brasil não reconhecia ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias por não haver expectativa de realização em função dos prejuízos apurados em exercícios anteriores. A partir de 30 de setembro de 2018, a Companhia passou a reconhecer diferenças temporárias da controlada Cnova Brasil considerando que os estudos de monetização indicam possibilidade de recuperação devido ao projeto de cisão parcial e incorporação das operações dessa controlada na Via Varejo, aprovado pela Administração. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo não reconhecido no balanço patrimonial referente ao prejuízo fiscal representa o montante de R\$485.
- (ii) Em 2017 a Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária ("PRT") instituído pela MP 766/2017, que permite a regularização de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. A MP permite que parte dos valores sejam liquidados através de prejuízo fiscal da Companhia e também de suas controladas. A Companhia, através de sua controlada Cnova Brasil, utilizou créditos de prejuízo fiscal de anos anteriores no valor de R\$84, e este saldo foi transferido de Cnova Brasil para Via Varejo sem custo financeiro cuja contrapartida foi registrada em uma conta do Patrimônio líquido.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017 reapresentado (*)	31.12.2018	31.12.2017 reapresentado (*)
Provisão para demandas judiciais	268	298	284	301
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	143	173	168	173
Prejuízos fiscais e base negativa	74	-	128	61
Provisão para despesas correntes	92	50	99	53
Perdas estimadas no ativo imobilizado e estoque	40	30	61	30
Outros	43	43	52	43
Total ativo fiscal diferido	660	594	792	661
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(120)	(106)	(143)	(125)
PPA Bartira	-	-	(31)	(35)
Outros	-	-	(6)	(6)
Total passivo fiscal diferido	(120)	(106)	(180)	(166)
	540	488	612	495

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 2 (a)(i).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados no balanço patrimonial líquidos por entidade contribuinte, sendo um ativo diferido de R\$540 e R\$618 na controladora e consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2018 (R\$488 e R\$500 na controladora e consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017), e um passivo diferido R\$6 consolidado em 31 de dezembro de 2018 (R\$5 consolidado em 31 de dezembro de 2017).

e) Realização esperada de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2018	Controladora	Consolidado
2019	429	495
2020	129	142
2021	96	112
2022	5	16
2023	1	12
Mais de 5 anos	-	15
	660	792

15. Provisão para demandas judiciais

a) Política Contábil

Para que as provisões para demandas judiciais apresentadas reflitam a melhor estimativa de desembolso futuro, os processos legais são avaliados pela Administração para estimar o potencial de perda de cada processo. Essa análise leva em consideração pareceres jurídicos emitidos por assessores legais além do histórico dos processos da Companhia. As provisões são constituídas para todos os processos que foram analisados e considerados como perda provável.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas de acordo com os valores dos processos, e não consideram os saldos de depósitos judiciais, já que esses estão classificados no ativo dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão. Além disso, para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia tem como prática o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Estimativas e premissas contábeis críticas

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais tributárias são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais trabalhistas e cíveis são calculados com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos, utilizando o percentual de sucesso para cada tipo de reclamação, e o valor médio de perdas em caso de pagamento.

c) Saldos e movimentação

Controladora				
	Tributárias (i)	Previdenciárias e trabalhistas (ii)	Cíveis e outros (iii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	100	614	130	844
Adições	114	690	120	924
Pagamentos	(33)	(254)	(50)	(337)
Parcelamentos	(42)	-	-	(42)
Reversões	(32)	(185)	(88)	(305)
Atualização monetária	5	70	15	90
Saldo em 31 de dezembro de 2017	112	935	127	1.174
Adições	11	862	149	1.022
Pagamentos	(1)	(717)	(78)	(796)
Reversões	(11)	(472)	(110)	(593)
Atualização monetária	3	78	15	96
Saldo em 31 de dezembro de 2018	114	686	103	903

Consolidado				
	Tributárias (i)	Previdenciárias e trabalhistas (ii)	Cíveis e outros (iii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	100	639	167	906
Adições	114	704	208	1.026
Pagamentos	(33)	(261)	(78)	(372)
Parcelamentos	(42)	-	-	(42)
Reversões	(32)	(204)	(143)	(379)
Atualização monetária	5	74	21	100
Saldo em 31 de dezembro de 2017	112	952	175	1.239
Adições	47	896	264	1.207
Pagamentos	(1)	(738)	(161)	(900)
Reversões	(12)	(490)	(170)	(672)
Atualização monetária	3	80	20	103
Saldo em 31 de dezembro de 2018	149	700	128	977

(i) Tributárias

Os processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, à atualização mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicável, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Em 31 de dezembro de 2018 os principais processos tributários provisionados referem-se a não homologação de compensações relativas a crédito de PIS/COFINS no montante de R\$148 com base na avaliação dos advogados externos e corroborada pela Administração.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$700 (R\$952 em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia possui 31.472 processos trabalhistas ativos em 31 de dezembro de 2018 (43.613 em 31 de dezembro de 2017). A provisão sobre contingências trabalhistas é calculada com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por cargo do reclamante. A redução na quantidade de processos trabalhistas observada no período, é resultado das melhorias no processo de gestão dos processos trabalhistas iniciadas em 2017, com a implementação de um novo sistema informatizado e revisão dos procedimentos e controles operacionais da área jurídica. Com a implementação dessas melhorias, parte da captura dos novos processos e das decisões judiciais nas respectivas varas passou a ser feita de forma automatizada, possibilitando assim maior agilidade na conclusão das causas trabalhistas.

(iii) Cíveis e outros

A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. Os principais processos são referentes a:

- Ações renovatórias de aluguel de lojas, em que a Companhia é obrigada a pagar valores provisórios de aluguéis até o seu trânsito em julgado. A Companhia constitui provisão entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele determinado em decisão judicial. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da provisão era de R\$45 (R\$64 em 31 de dezembro de 2017).
- Ações envolvendo direitos das relações de consumo. A Companhia possui 40.687 processos cíveis em andamento em 31 de dezembro de 2018 (63.332 em 31 de dezembro de 2017). A provisão é calculada com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por tipo de reclamação. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo dessa provisão era de R\$83 (R\$111 em 31 de dezembro de 2017).

d) Passivos contingentes

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como possíveis, portanto, não provisionadas, totalizando R\$1.699 em 31 de dezembro de 2018 (R\$1.645 em 31 de dezembro de 2017), e que são relacionadas principalmente a:

Tributárias

- COFINS, PIS, IRPJ, IRRF, CSLL e INSS: (i) processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelo Fisco, gerados em virtude de créditos advindos de êxito em processos judiciais, referentes a divergência de recolhimentos, pagamentos a maior e multa por descumprimento de obrigação acessória; (ii) autuação fiscal em decorrência da exclusão de valores considerados pela Receita Federal como receitas tributáveis e do aproveitamento de créditos de PIS e COFINS não cumulativos referente a bonificações recebidas de fornecedores e taxa de administração de cartão. O montante envolvido nos referidos processos era de aproximadamente R\$637 em 31 de dezembro de 2018 (R\$504 em 31 de dezembro de 2017).
- ICMS, ISS e IPTU: autuações fiscais decorrentes da tributação da comercialização de serviços, diferenças de informações transmitidas para a Fazenda Estadual, bem como visando rever a apropriação de créditos: (i) aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular perante o Fisco; (ii) descumprimento de obrigações acessórias; (iii) decorrentes da comercialização de garantia estendida e (iv) outros de menor materialidade. O montante envolvido nas referidas autuações era de aproximadamente R\$915 em 31 de dezembro de 2018 (R\$883 em 31 de dezembro de 2017).
- Ágio Mandala: autuação fiscal em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2012 e 2013, do ágio originado da aquisição do Ponto Frio ocorrida no ano-calendário de 2009. O valor atualizado do auto de infração corresponde a R\$89 de IRPJ e CSLL (R\$85 em 31 de dezembro de 2017).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Depósitos judiciais

A Companhia contesta o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos recursais (vinculados), de montantes equivalentes aos pendentes das decisões legais finais. Este montante está registrado no ativo da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Previdenciárias e trabalhistas	861	858	877	874
Tributárias	45	31	50	33
Cíveis e outros	31	30	37	34
	<u>937</u>	<u>919</u>	<u>964</u>	<u>941</u>

f) Garantias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia ofereceu garantias comerciais e em algumas ações cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme demonstrado a seguir:

Ações	Imóveis	Carta de fiança	Total
Tributárias	9	1.645	1.654
Cíveis e outras	-	528	528
Previdenciária e trabalhistas	-	398	398
	<u>9</u>	<u>2.571</u>	<u>2.580</u>

O custo anual das cartas de fiança é de aproximadamente 0,70% e é registrado na rubrica "Despesas financeiras", pela fluência do prazo.

16. Operações de arrendamento mercantil

a) Política Contábil

A Companhia arrenda equipamentos e espaços, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam entre 3 e 20 anos.

Os contratos de espaços podem ser renovados e possuem cláusulas de reajuste periódico do valor do aluguel, conforme índices de inflação negociados entre as partes.

Arrendamentos mercantis são reconhecidos como financeiros quando os riscos e benefícios do ativo arrendado são substancialmente transferidos para a Companhia, caso contrário são classificados como operacionais.

Arrendamentos mercantis financeiros são capitalizados pelo seu valor justo na data de aquisição, ou se menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, ambos calculados na data de assinatura do contrato. Os arrendamentos mercantis financeiros são depreciados pela sua vida útil econômica ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor. A correspondente obrigação assumida pela Companhia referente ao bem arrendado é incluída no balanço patrimonial como um passivo, na rubrica "Empréstimos e Financiamentos". Pagamentos realizados são divididos entre pagamentos do principal da dívida de arrendamento mercantil financeiro reconhecida no passivo, e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultado do exercício. Despesas financeiras são reconhecidas na demonstração de resultado do exercício pelo período remanescente do contrato, com base no valor em aberto do passivo de arrendamento mercantil financeiro, utilizando-se o método de reconhecimento de juros pela fluência do prazo.

Pagamentos de arrendamentos mercantis operacionais e benefícios recebidos ou a receber como incentivo para a contratação do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício linearmente conforme o seu prazo contratual.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Arrendamento mercantil operacional

Os contratos de arrendamento operacional mantidos pela Companhia são avaliados periodicamente quanto a sua possibilidade de cancelamento, classificando-os em contratos "canceláveis" e "não canceláveis".

(i) Pagamentos mínimos não canceláveis

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Menos de 1 ano	71	67
De 1 a 5 anos	264	268
Mais de 5 anos	284	315
	619	650

As vigências dos contratos de arrendamento operacional variam de 3 a 20 anos e na tabela acima estão divulgados apenas os valores dos contratos não canceláveis de locação de imóveis até as respectivas datas de vencimento.

A Companhia possui outros contratos de arrendamento operacional que, na avaliação da Administração da Companhia, são considerados como canceláveis cuja despesa é registrada pela fluência do prazo. O montante da despesa na rubrica "pagamentos não contingentes" com contratos de arrendamento operacional está demonstrado no item (iii) a seguir.

(ii) Pagamentos mínimos na rescisão de contratos de locação

A Companhia avaliou e concluiu que a maioria dos contratos de locação de imóveis são canceláveis durante sua vigência, e na ocorrência de cancelamento do contrato, serão devidos pagamentos mínimos de rescisão que podem variar de 1 a 12 meses do aluguel mensal ou um percentual fixo sobre o saldo contratual.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Pagamentos mínimos na rescisão	384	440	406	462

(iii) Despesas com aluguéis

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,1% e 4,5% das vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o exercício	93	62	93	62
Pagamentos não contingentes	694	701	746	749

c) Arrendamento mercantil financeiro

Os compromissos e as obrigações referentes aos contratos de aluguéis de equipamentos de informática e *software* estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Passivo de arrendamento mercantil financeiro				
Menos de 1 ano	27	27	27	31
De 1 a 5 anos	62	88	62	88
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	89	115	89	119
Encargos futuros de financiamento	(15)	(24)	(15)	(24)
Valor atual dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	74	91	74	95

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Receitas diferidas

a) Política contábil

As receitas diferidas decorrentes da antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício à medida que as *performances* contidas nos respectivos contratos são cumpridas.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Garantias complementares ou estendidas (i)	1.396	763	1.453	779
Operação de cartões e correspondente bancário (ii)	332	455	378	509
Seguros e serviços (iii)	135	49	143	52
Direitos outorgados	29	29	29	29
Outros	2	4	3	5
	<u>1.894</u>	<u>1.300</u>	<u>2.006</u>	<u>1.374</u>
Circulante	380	354	401	368
Não circulante	1.514	946	1.605	1.006

(i) Garantias complementares ou estendidas

Em 15 de outubro de 2018, a Companhia celebrou um aditivo ao contrato de distribuição de seguros com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., que renegociou e consolidou os contratos anteriormente celebrados em 29 de agosto de 2014 e 16 de dezembro de 2016. O aditivo tem término previsto para janeiro de 2026. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$837 e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais forem atingidas.

(ii) Operação de cartões e correspondente bancário

Em 4 de dezembro de 2015, a Via Varejo celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o Banco Bradesco S.A. e o Banco Bradescard S.A. (conjuntamente, "Bradesco") com vigência até 28 de agosto de 2029. O contrato altera e inclui cláusulas no contrato firmado entre as partes, na época Casa Bahia Comercial Ltda. e Bradesco, no dia 10 de novembro de 2006. São partes do acordo: disposições sobre a oferta de cartões *co-branded* e outros serviços financeiros correlatos relacionados à marca "Casas Bahia" e; disposições gerais aplicáveis à prestação de serviços financeiros, correspondente bancário e serviço de crédito direto ao consumidor. Os valores envolvidos na transação montam R\$704 e são divididos em antecipação de comissões, no valor de R\$550, e remuneração adicional, no valor de R\$154.

O valor recebido de R\$550 será reconhecido no resultado do exercício na medida em que as metas contratuais são atingidas e deverão ser compensadas em até 9 anos, enquanto a remuneração adicional de R\$154 será realizada conforme determinado pelo contrato, sendo R\$74 até 2020 e R\$80 até 2021.

Em 22 de setembro de 2016, a Cnova Brasil celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o Bradesco com vigência até 28 de agosto de 2029. Como parte do acordo, foram definidas disposições sobre a oferta de cartões *co-branded* e outros serviços financeiros correlatos relacionados à marca "Casas Bahia" na rede *e-commerce*. Na data de assinatura deste acordo foi recebido a título de antecipação o valor de R\$60 e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas em até 8 anos.

(iii) Seguros e serviços

Em 26 de junho de 2018 a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços com a CDF Assistência e Suporte Digital S.A para a prestação de serviços de assistência técnica de acordo com os termos e condições estabelecidas no contrato com vigência até 2024. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$95 para Via Varejo e R\$5 para Cnova Brasil e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 9 de novembro de 2016 a Companhia celebrou contrato de comercialização de serviços de multiassistência a serem intermediados pela Tempo USS com vigência até 2022. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$57 para a Via Varejo e R\$3 para a Cnova Brasil e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas.

- c) Estimativa da Administração para realização dos valores classificados como “Não circulante”

Ano	Controladora	Consolidado
2020	336	355
2021	308	327
2022	294	313
2023	285	303
2024	273	288
Mais de 5 anos	18	19
Total	1.514	1.605

18. Patrimônio líquido

- a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$2.899 (R\$2.896 em 31 de dezembro de 2017) e estava representado por 1.294.303 milhares de ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 houve aumento de capital da Companhia devido ao exercício de planos de opções de ações, a seguir:

Data do aumento de capital	Saldo em Reais	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais
22/02/2017	44.210,71	23.783	47.566
21/03/2017	13,22	1.322	2.644
30/05/2017	23.020,73	9.096	18.192
24/07/2017	1.603,15	160.315	320.630
27/09/2017	93.446,96	35.768	71.536
25/10/2017	34.874,73	36.150	72.300
12/12/2017	104.126,97	25.527	51.054
27/04/2018	235.573,99	31.686	63.372
23/07/2018	2.400.832,51	692.308	1.384.616
26/09/2018	88.111,25	19.866	39.732
24/10/2018	24,48	2.448	4.896
07/12/2018	320,18	96.054	(*)

(*) Em 26 de novembro de 2018 a Companhia finalizou o processo de migração de suas ações para o Novo Mercado da B3 operando apenas com ações ordinárias. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 1(a).

- b) Ações em tesouraria

Em razão da migração da Companhia para o segmento de listagem da B3 denominado Novo Mercado e da consequente conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias (vide mais detalhes na nota explicativa nº 1(a)), foi concedido o direito de recesso aos acionistas titulares de ações preferenciais que não compareceram à Assembleia Geral Especial realizada em 3 de setembro de 2018. Um acionista da Companhia optou pelo exercício do direito de recesso, totalizando 300 mil ações preferenciais, correspondente, à época, a 0,04% do total de ações preferenciais da Companhia. O valor de reembolso foi calculado com base no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 (R\$2,29 por ação), totalizando o montante de R\$685.839,75 (seiscentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos) pago em 5 de outubro de 2018. As 300 mil ações foram recompradas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Transações de capital

Nesta conta são registradas variações decorrentes de mudança na participação societária de empresas controladas ou investidas sob controle comum com o controlador GPA, considerando que se tratam de transações de capital, ou seja, transações com os acionistas, na qualidade de proprietários.

d) Reservas de capital

(i) Especial de ágio

O valor registrado na rubrica “Reserva especial de ágio” decorre da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia em 22 de dezembro de 2009, empresa que continha o ágio gerado pela aquisição de Via Varejo por CBD. O ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66%, a fim de remanescer o benefício tributário que foi amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. Conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 5 de outubro de 2010 (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização será capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas de Via Varejo.

(ii) Opções outorgadas

A Companhia mantém planos de remuneração baseado em ações que têm o objetivo de: propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia no seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas da Companhia.

Política contábil

Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os executivos da Companhia podem receber remuneração que é baseada em ações (liquidáveis em títulos patrimoniais ou em dinheiro).

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas (“condições para o exercício”), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia, ou reconhecimento de um passivo no caso de opções liquidadas em caixa. Em cada data-base, a Companhia reavalia a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.

Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

Plano de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais)

A Companhia mantém planos de opção de compra de ações aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de maio de 2014. As ações decorrentes do exercício das opções terão os direitos estabelecidos nos respectivos planos, sendo certo que lhes será assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da aquisição da ação. As opções outorgadas com base nos planos são pessoais e intransferíveis.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme previsto nos referidos planos, aditados em 22 de outubro de 2018 para atender à nova estrutura do capital social da Companhia após a migração ao Novo Mercado (vide mais detalhes na nota explicativa nº 1(a)), cada opção assegura ao seu beneficiário o direito de subscrever ou adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o respectivo período de carência. A principal condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como empregado da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções, nas datas de outorga e na existência ou não de um período de impedimento para venda ou qualquer outra forma de transferência das ações adquiridas no exercício da opção.

Em maio de 2018 foram outorgadas 3.183.234 ações com o período de carência (*"vesting"*) de três anos. Em outubro de 2018 foram outorgadas 330.036 ações com o período de *vesting* de dois anos e oito meses. Conforme os termos do programa, o beneficiário terá o direito de receber uma determinada quantidade de ações condicionado ao cumprimento de manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle (*"condição de serviço"*). Cada está sujeita à valorização e flutuação de preço no tempo.

A tabela a seguir apresenta os detalhes e a movimentação, em quantidade de ações, de cada um dos programas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Séries	Data da outorga	Término da carência	Valor de exercício (em reais) (*)	Quantidade de opções de ações em vigor em 31.12.2017 (*)	Opções outorgadas em novos programas (*)	Opções canceladas (*)	Opções exercidas (*)	Quantidade de opções de ações em vigor em 31.12.2018 (*)
A3	29/05/2015	29/05/2018	R\$ 5,00	1.028.406	-	(725.814)	(302.592)	-
B3	29/05/2015	29/05/2018	R\$ 0,01	1.028.406	-	(271.065)	(757.341)	-
A4	31/05/2016	31/05/2019	R\$ 1,76	5.323.335	-	(249.323)	(686.030)	4.387.981
B4	31/05/2016	31/05/2019	R\$ 0,01	5.323.335	-	(280.781)	(497.376)	4.545.178
C1	31/10/2016	20/11/2018	R\$ 0,01	188.088	-	-	-	188.088
A5	25/05/2018	25/05/2021	R\$ 7,24	-	1.591.617	(176.592)	-	1.415.025
B5	25/05/2018	25/05/2021	R\$ 0,01	-	1.591.617	(166.599)	(9.993)	1.415.025
A5	22/10/2018	30/05/2021	R\$ 5,05	-	165.018	-	-	165.018
B5	22/10/2018	30/05/2021	R\$ 0,01	-	165.018	-	-	165.018

(*) Decorrente do processo de migração da Companhia para o Novo Mercado da B3, conforme nota explicativa nº 1(a), o quadro acima está apresentado em quantidade de ações.

As opções outorgadas em 2015 tiveram seu período de carência completado em 29 de maio de 2018. Até 29 de novembro de 2018, as opções das séries A3 e B3 foram prescritas, expiradas ou exercidas.

Para as opções outorgadas em 2016 e 2018, não houve quaisquer opções exercidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 que não sejam através de rescisão de vínculo empregatício.

O total da despesa, incluindo retenção de impostos e encargos sociais, relativa aos programas de ações reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$7 (R\$23 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

Plano de remuneração baseado na variação do valor das ações (*Phantom Shares*)

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 24 de julho de 2017, foi aprovado o plano de incentivo de longo prazo que estabelece os termos e condições para o pagamento de um prêmio em dinheiro, referenciado ao valor da ação da Companhia, a determinados administradores e empregados (*"beneficiário"*) da Companhia e de outras sociedades sob o seu controle.

Conforme previsto no referido planos, aditado em 22 de outubro de 2018 para atender à nova estrutura do capital social da Companhia após a migração ao Novo Mercado (vide mais detalhes na nota explicativa nº 1(a)), o beneficiário terá o direito de receber uma determinada quantidade de *Phantom Shares* condicionado ao cumprimento de manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle (*"condição de serviço"*). Cada *Phantom Share* equivale a uma ação ordinária de emissão da Companhia, estando sujeitas à valorização e flutuação de preço no tempo.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em agosto de 2017, foram outorgadas 4.898.553 ações com período de carência (“*vesting*”) de três anos. Decorrido o período de *vesting* e verificado o cumprimento da condição de serviço, o beneficiário receberá o prêmio no mês subsequente à data de apuração.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor do passivo correspondente a esse prêmio, incluindo encargos sociais, está registrado no passivo não circulante e representa o montante de R\$12 (R\$4 em 31 de dezembro de 2017). O total da despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$8 (R\$4 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

e) Reservas de Lucros

(i) Orçamento de capital

Em 2013, a Administração da Companhia propôs a retenção da parcela do lucro líquido, correspondente ao lucro não realizado, pelo ganho a valor justo com a aquisição da Bartira de R\$158, conforme mensuração inicial. Para essa operação foi constituída reserva de orçamento de capital. Os saldos incluídos nessa reserva poderão ser distribuídos com a alienação do investimento ou reclassificado na eventualidade de constituição de provisão para não realização de ativos, para os quais não há prazo definido, ou ainda por determinação da Assembleia de Acionistas.

(ii) Investimentos

Conforme o artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e o artigo 33(e) do Estatuto Social, a Companhia pode constituir reserva de investimentos desde que o valor não seja superior ao valor do capital social e sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

f) Dividendos propostos com base nas demonstrações financeiras

(i) Política contábil

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no Estatuto Social. Os eventuais valores que excederem o valor mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são deliberados e aprovados pelos administradores ou pelos acionistas da Companhia.

(ii) Dividendos propostos

	31.12.2017
Lucro líquido do exercício (*)	195
Constituição de reserva legal (5%)	(10)
Base de cálculo	185
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	46
JCP pago no exercício (**)	35
IRRF sobre JCP	(4)
Dividendos propostos	15
Total de dividendos e JCP líquido de IRRF	46

(*) O lucro líquido referente ao exercício de 2017 que está sendo reapresentado nesta demonstração financeira devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, não impactou os dividendos propostos distribuídos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(**) Em 12 de dezembro de 2017, foi deliberada pelo Conselho de Administração a distribuição de juros sobre capital próprio no valor total bruto de R\$35 (R\$31 líquido de IRRF) referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 30 de setembro de 2017, o qual foi pago em 28 de dezembro de 2017.

Não houve distribuição de dividendos relativo ao exercício de 2018, pois a Companhia não apurou lucro no exercício.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Receita de venda de mercadorias e serviços

a) Política contábil

A Companhia comercializa produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis, telefonia e outros itens domésticos. Adicionalmente, também oferece serviços, tais como intermediação na venda de garantias estendidas, serviços de instalação de equipamentos, *marketplace* e financeira operacional como crediário e cartões de crédito *co-branded*. As receitas obtidas na manufatura de móveis através da controlada Bartira e nos serviços de transportes através da VVLog são substancialmente destinadas às operações da Companhia e, conseqüentemente, eliminadas no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando existe a transferência de controle para o comprador. A Companhia também deve deixar de ter o controle ou a responsabilidade pelas mercadorias vendidas, bem como os benefícios econômicos gerados para a Companhia através da venda de produtos. As receitas não são reconhecidas se a sua realização for incerta.

Para as operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados nos sinistros ocorridos e não é a responsável primária no atendimento às obrigações das apólices vendidas. As receitas de comissão resultantes da remuneração da Companhia pela intermediação na venda de apólices de seguros ou garantia estendida são reconhecidas no resultado quando os serviços de intermediação são prestados.

As operações de *marketplace* referem-se a uma plataforma única para compras, de maneira que um lojista independente ofereça produtos para que os clientes tenham acesso aos produtos dentro de um site da Companhia. A receita de serviços é gerada para a controlada Cnova Brasil através de um percentual por cada negociação fechada (*fee*) dentro do site utilizado.

Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros.

Todas as receitas estão sujeitas à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), conforme a alíquota atribuída a cada operação. As receitas de mercadorias estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e as receitas de serviços ao Imposto Sobre Serviços ("ISS"), tributos estes calculados com base nas alíquotas vigentes em cada estado e município, respectivamente.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Mercadorias	21.966	20.421	27.102	25.673
Financeira comercial	1.704	1.647	1.704	1.648
Serviços de intermediação	1.106	1.147	1.362	1.377
Serviços de frete e montagem	298	248	415	376
Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos	25.074	23.463	30.583	29.074
Tributos sobre mercadorias	(2.316)	(2.105)	(3.340)	(3.141)
Tributos sobre financeira comercial	(76)	(72)	(76)	(72)
Tributos sobre serviços de intermediação	(131)	(126)	(169)	(156)
Tributos sobre serviços de frete e montagem	(59)	(54)	(70)	(64)
Tributos sobre faturamento	(2.582)	(2.357)	(3.655)	(3.433)
Receita líquida	22.492	21.106	26.928	25.641

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017 reapresentado (*)	31.12.2018	31.12.2017 reapresentado (*)
Custo de mercadorias e serviços vendidos	14.713	13.067	17.834	16.401
Despesas com pessoal	2.667	2.662	2.934	2.961
Despesa com serviços de terceiros	1.568	1.318	2.194	1.881
Despesas com ocupação	860	809	915	862
Despesas com frete	512	486	775	745
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	517	601	630	681
Despesas com demandas judiciais trabalhistas	310	362	312	353
Outros	220	102	206	176
	21.367	19.407	25.800	24.060
Custo de mercadorias e serviços vendidos	15.621	13.923	19.031	17.515
Despesas com vendas (**)	4.822	4.786	5.719	5.699
Despesas gerais e administrativas (**)	924	698	1.050	846
	21.367	19.407	25.800	24.060

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Vide detalhes na nota explicativa nº 2(a)(i).

(**) Os saldos foram reapresentados devido a reclassificação das despesas decorrentes de demandas judiciais trabalhistas, custas e honorários advocatícios relacionados. Vide detalhes na nota explicativa nº 2(d).

21. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017 reapresentado (*)	31.12.2018	31.12.2017 reapresentado (*)
Despesas com reestruturação (i)	(360)	(182)	(367)	(188)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangível	(52)	(5)	(74)	(1)
Termo de Acordo com partes relacionadas (nota explicativa nº 8 (f))	(82)	(77)	(82)	(97)
Despesas com regularização de débitos fiscais (ii)	-	(51)	(10)	(51)
Outras	(20)	(1)	(18)	(3)
	(514)	(316)	(551)	(340)

(*) Os saldos foram reapresentados devido a reclassificação das despesas decorrentes de demandas judiciais trabalhistas. Vide detalhes na nota explicativa nº 2(d).

- (i) Em 2018 e 2017, foram implementadas medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, abrangendo todas as áreas operacionais e administrativas. Nessa linha estão registrados, principalmente os gastos com fechamento de lojas, readequação logística, rescisão e demandas judiciais trabalhistas.
- (ii) Em 2017, o valor é substancialmente composto por R\$34 referente a provisão de multa de contingências tributárias e; R\$13 devido ao pagamento da multa por adesão ao PRT (vide nota explicativa nº 14(c)(ii)). Em 2018 não houve despesas dessa natureza.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Despesas financeiras				
Custo da dívida	(283)	(374)	(272)	(426)
Custo com venda e desconto de recebíveis	(281)	(306)	(391)	(404)
Atualizações passivas	(100)	(115)	(112)	(135)
Outras despesas financeiras	(66)	(69)	(108)	(75)
Total de despesas financeiras	(730)	(864)	(883)	(1.040)
Receitas financeiras				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	16	44	22	52
Atualizações ativas	95	180	86	181
Antecipação a fornecedores	22	24	28	34
Outras receitas financeiras	-	-	6	8
Total de receitas financeiras	133	248	142	275
Resultado financeiro, líquido	(597)	(616)	(741)	(765)

23. Resultado por ação

a) Política contábil

A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do resultado por ação: (i) lucro (prejuízo) básico; e (ii) lucro (prejuízo) diluído. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro (prejuízo) diluído leva em consideração o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, deduzidos os instrumentos patrimoniais potencialmente dilutivos sobre a participação de seus acionistas em exercícios futuros, tais como as opções de ações que, se exercidas pelos seus detentores, aumentarão o número de ações ordinárias e/ou preferenciais da Companhia, diminuindo o lucro por cada ação.

b) Quadro de resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro (prejuízo) líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria em cada exercício apresentado.

Para o cálculo do resultado por ação, decorrente da migração da Companhia para o Novo Mercado da B3 conforme nota explicativa nº 1(a), foi considerado a atual composição de ações ordinárias para o exercício comparativo, conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, mantendo o denominador básico e diluído em bases comparativas.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.12.2018	31.12.2017 reapresentado (*)
Numerador básico		
Dividendos propostos	-	15
Distribuição de JCP	-	35
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído	(267)	118
Lucro (prejuízo) líquido alocado disponível a acionistas ordinários e preferencialistas	(267)	168
Denominador básico (em milhares de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	1.292.965	1.291.435
Lucro (prejuízo) básico por ação (em R\$)	(0,20623)	0,12985
Denominador diluído (em milhares de ações)		
Opções de compra de ações	-	11.465
Média ponderada das quantidades de ações	1.292.965	1.291.435
Média ponderada diluída das ações	1.292.965	1.302.900
Lucro (prejuízo) diluído por ação (em R\$)	(0,20623)	0,09007

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018. Vide mais detalhes na nota explicativa nº2(a)(i).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as opções de compra de ações não tem efeito dilutivo devido ao prejuízo apurado.

24. Cobertura de seguro

A Companhia tem como prática a contratação de seguros, a fim de minimizar os riscos de danos ao patrimônio que possam acarretar prejuízos para os negócios. Os seguros compreendem a proteção das lojas, centros de distribuição, prédios administrativos, incluindo todo o imobilizado e estoques. A frota de caminhões e veículos leves também é segurada. Para quaisquer perdas que a Companhia venha a sofrer pela paralização das atividades em decorrência de acidentes cobertos pela apólice, o seguro de lucro cessante cobre os prejuízos causados.

A cobertura de seguro em 31 de dezembro de 2018 é considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis sinistros e pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	11.283
Lucro	Lucros cessantes	6.284
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	215

(*) Não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPE").

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no valor de R\$308.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Informações sobre os segmentos

Até 2015 a Companhia atuava e reportava suas informações através de um único segmento definido como lojas físicas realizadas pela Via Varejo. A reorganização societária ocorrida em 2016, que resultou na integração dos negócios de comércio eletrônico ("*online*"), realizadas pela Cnova, e lojas físicas, foi realizada visando à implementação de uma gestão operacional unificada para ambos os negócios, bem como proporcionar maior competitividade e melhor posicionamento estratégico à Companhia.

O principal tomador de decisões é o CEO da Via Varejo, que avalia as receitas obtidas pelos negócios por canal de venda, porém toda a estrutura de custos e despesas passou por um processo de integração, atuando de forma unificada a partir da reorganização societária.

Pelas características similares, onde as receitas e os negócios explorados são significativamente semelhantes, a Administração considerou apenas um único segmento operacional divulgável. A seguir as receitas líquidas totais por negócio:

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Receita líquida - Lojas físicas	22.325	20.841
Receita líquida - <i>Online</i>	4.603	4.800
	26.928	25.641